

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOELSON MIRANDA

**INSTRUMENTOS DA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA AVALIAÇÃO DE
DESEMPENHO EM UMA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS: A UNIÃO DOS
ESCOTEIROS DO BRASIL**

Joelson Miranda

CURITIBA

2011

JOELSON MIRANDA

**INSTRUMENTOS DA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA AVALIAÇÃO DE
DESEMPENHO EM UMA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS: A UNIÃO DOS
ESCOTEIROS DO BRASIL**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sérias Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Contabilidade e Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto

CURITIBA

2011

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer, com muita humildade, a Deus, nosso Pai e Criador de todas as coisas, a oportunidade de ter convivido com excelentes professores da UFPR, pessoas que muito contribuíram para o sucesso desta etapa de aprendizagem da minha vida.

À minha família, e de maneira muito especial a Ângela e Alexia pelo carinho, atenção, compreensão e apoios recebidos, que tornaram possível a realização deste trabalho.

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, que viabilizou a realização deste trabalho, pelo compromisso assumido, pelos ensinamentos em sala de aula e orientação, pelo estímulo e confiança demonstrados.

A todos os colegas desta especialização, pela oportunidade de convivência nos estudos e nas lições de vida que juntos tivemos de aprender.

A todos os amigos e colegas da Universidade Federal do Paraná, pela oportunidade única que me proporcionaram de trocar idéias e receber colaborações valiosas. A vocês minha eterna gratidão.

RESUMO

Miranda, Joelson. **INSTRUMENTOS DA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM UMA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS: A UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL.** Esta monografia tem como objetivo principal apresentar um estudo empírico visando avaliar o desempenho financeiro, através de instrumentos da análise econômico-financeira, como Balanço Patrimonial e Demonstrativos de Resultados dos Exercícios de 2006, 2007 e 2008 da associação: UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, entidade sem fins lucrativos, localizada na cidade de Curitiba. Este estudo está dividido em quatro partes. Na primeira parte, como Introdução e contextualização são apresentadas o histórico e as características do terceiro setor no Brasil, a origem dos escoteiros através da história de seu fundador, assim como a situação-problema, a questão da pesquisa, objetivos e justificativas para o tema. A segunda parte encontra-se o referencial teórico sobre a contabilidade das entidades sem fins lucrativos, descrição do Balanço Patrimonial, DRE e as técnicas de análise econômico-financeiras. A análise dos dados e informações da entidade vem na terceira parte e na seqüência é apresentada a conclusão, juntamente com as considerações finais e recomendações para estudos futuros.

Palavras-chaves: terceiro setor, contabilidade, econômico-financeira

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ATIVO RECLASSIFICADO.....	54
TABELA 2 – PASSIVO RECLASSIFICADO.....	54
TABELA 3 – DRE RECLASSIFICADO.....	55
TABELA 4 – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – IGP-M FGV.....	55
TABELA 5 – MEMÓRIA DE CALCULO.....	55
TABELA 6 – ATIVO RECLASSIFICADO E ATUALIZADO.....	56
TABELA 7 – PASSIVO RECLASSIFICADO E ATUALIZADO.....	56
TABELA 8 – DRE RECLASSIFICADO E ATUALIZADO.....	57
TABELA 9 – ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO ATIVO.....	58
TABELA 10 – ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO PASSIVO.....	58
TABELA 11 – ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO DRE.....	59
TABELA 12 – ÍNDICES DA EMPRESA UEB.....	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	7
1.2	SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	10
1.2.1	Questão da pesquisa.....	11
1.3	OBJETIVOS	12
1.3.1	Objetivo Geral	12
1.3.2	Objetivos Específicos	12
1.4	JUSTIFICATIVA	13
1.5	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	15
1.5.1	Classificação da Pesquisa.....	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
3	CONCLUSÃO.....	67
	REFERENCIAS.....	68

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Sobre a distinção dos setores econômicos na sociedade, Vargas (2008 *apud* Coelho, 2002, p.39), nos diz que autores americanos como Salamon (1985) e Wuthnow (1991) desenvolvem suas análises a partir da identificação de três setores de atividades na sociedade: o mercado (Primeiro Setor); o governamental (Segundo setor) e o das atividades sem fins lucrativos, denominado Terceiro Setor. Isto por considerar que o mercado foi o primeiro a se constituir, historicamente, no entendimento da maioria dos autores americanos.

Vargas (2008) continua: “O propósito da criação das organizações sociais, além de se constituir em um espaço intermediário entre o Estado e o mercado, contribui para o fortalecimento das instituições democráticas e para a maior eficiência e a melhor qualidade na realização dos serviços de que a sociedade necessita.”

Na literatura acadêmica, o Terceiro Setor recebe diferentes denominações, como Setor Não-Governamental, Setor Não-Lucrativo, Setor Independente, Setor Voluntário, entre outros (DRUCKER, 1994; SALAMON, 1995; GLAESER, 2003; MILANI FILHO, 2004; HUDSON, 2004). É um consenso, porém, que a heterogeneidade das Organizações do Terceiro Setor (OTS) impede uma definição taxionômica simples e única, optando-se, geralmente, por determinar o que essas entidades não são.

Assumindo-se um panorama tri-setorial, em que o Primeiro Setor (Estado) e o Segundo Setor (Mercado) são definidos, o Terceiro Setor contempla, por exclusão, todas as organizações que não pertencem aos demais setores, mas essa concepção não permite uma distinção clara entre as OTS. (MILANI FILHO, 2009)

Segundo ALBUQUERQUE (2006, p.17) “a expressão “terceiro setor” é uma tradução do termo em inglês *third sector*, que, nos Estados Unidos, é usado junto com outras expressões, como “organizações sem fins lucrativos” (nonprofit organizations) ou “setor voluntário” (voluntary sector). Na Inglaterra, legalmente se utiliza a expressão “caridades” (charities), o que reflete a origem histórica

medieval do termo e ressalta o aspecto de obrigação religiosa das primeiras ações comunitárias. O termo “filantropia” (philantropy) também aparece com certa freqüência, sendo um conceito mais moderno e humanista da antiga caridade religiosa.”

Atualmente, no Brasil, existem inúmeras associações, fundações ou instituições privadas que atuam no Terceiro Setor, seja financiando iniciativas com recursos materiais, financeiros e humanos, seja executando projetos ou, ainda, realizando ambas as tarefas.

Há cerca de 340 mil entidades sem fins lucrativos no Brasil (IBGE, 2005). Não há dados oficiais, entretanto, que indiquem a quantidade de pessoas físicas e jurídicas, além do Governo, que transferem recursos para os projetos e atividades desenvolvidas pelas OTS. Estima-se que o Terceiro Setor movimenta cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto (IBGE, 2005).

Apesar dos dados apresentados acima, significativos, o terceiro setor permanece como o “continente perdido”, invisível para a maioria dos políticos, líderes empresariais, mídia e imprensa e para a grande maioria dos cidadãos.

Araújo (2005, p.4) faz observação de que as organizações do terceiro setor, não distribuindo dividendos, aliado ao não pagamento de impostos, pode determinar a importância dessas entidades para a sociedade na consecução de seus objetivos, justificada pela aplicação integral de seus recursos em atividades auxiliares do Estado, na busca pelo bem comum e pela transformação do ser humano.”

Estas entidades, por serem sem fins lucrativos, por natureza, têm imunidade tributária. Depois de preenchida uma série de requisitos, passam a gozar de isenções nas contribuições previdenciárias, fator que as coloca como alvo de fiscalizações por parte do Governo em todas as esferas.

Uma sociedade marcada por graves problemas sociais e econômicos, como a do Brasil, espera-se que se busque alocar os recursos escassos de maneira eficiente a fim de promover o bem-estar coletivo. Para o Brasil, um país que apresenta uma das piores distribuições de renda do planeta e em que 31,7% da população vive com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo (IPEA, 2005), espera-se que as OTS contribuam para a redução de privações sociais, econômicas e políticas.

Assumindo-se a premissa de que os doadores podem escolher, livremente, para quais entidades sem fins lucrativos desejam direcionar recursos e que a eficiência na utilização dos respectivos recursos é fator relevante para essa escolha, então, é necessário criar meios de analisar os recursos aplicados e poder avaliar se estão sendo aplicados eficientemente.

Toma-se como objeto de estudo a União dos Escoteiros do Brasil, instituição pública, de direito privado, sem fins lucrativos, cujo objetivo fundamental é proporcionar a prática do escotismo ao maior número de jovens brasileiros. Para a consecução deste objetivo, a União dos Escoteiros do Brasil, atua no ensinamento do escotismo, com atividades extra-educacionais, que visa contribuir para a formação dos jovens, especialmente de caráter, ajudando-os a realizar suas plenas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais, como cidadãos responsáveis, participantes e úteis em suas comunidades.

1.2 SITUAÇÃO PROBLEMA

No contexto das organizações do terceiro setor, a sobrevivência se relaciona a uma série de variáveis: o crescimento no número de organizações concorrentes e o incremento da sua complexidade estrutural, associados à aceleração do ritmo nas mudanças ambientais e às pressões por parte dos parceiros, têm exigido destas organizações uma maior capacidade de formular e implementar estratégias que possibilitem superar os crescentes desafios e atingir os seus objetivos, tanto no curto, no médio, como no longo prazo.

A tendência de separação entre principal e agente ocorre, nas organizações sem fins lucrativos, principalmente em função de dois aspectos: o primeiro, de caráter interno, refere-se aos fundadores e idealizadores das organizações, que vêm deixando a função de gestores para atender à necessidade de profissionalização do setor; o segundo aspecto, de caráter externo, relaciona-se ao aumento da rigidez na prestação de contas aos principais, especialmente, aos parceiros e aos doadores.

Atualmente, é crescente o interesse dos doadores e voluntários (principais) em monitorar os mecanismos internos de gestão que assegurem que os recursos não foram expropriados pelos gestores (agentes). O processo de seleção da organização que receberá recursos indica a preocupação do doador quanto à sua utilização e à maximização dos resultados. Isso torna essencial para as organizações sem fins lucrativos desenvolverem e mostrar quais e quão efetivos são seus mecanismos de controle para manter os gestores dentro de limites aceitáveis de discricionariedade.

Ao longo dos tópicos já desenvolvidos foi possível observar que existe uma diversidade de entidades sem fins lucrativos e formas de obtenção de recursos financeiros para a sua sustentabilidade, assim como a de exploração de atividades mercantis e a prestação de serviços, comuns a do segundo setor.

A legislação brasileira não proíbe a comercialização de bens e serviços pelas entidades que compõe o terceiro setor, sendo, contudo condição básica para a sua realização, a ausência de finalidades lucrativas. Assim sendo, o superávit alcançado através dessas atividades, deverá ser aplicados inteiramente no objetivo único de atender aos fins estatutários da organização.

Quando se trata de questões relacionadas às entidades sem fins lucrativos, identifica-se a escassez de pesquisas e literaturas neste setor, especificamente sobre a questão de controle gerencial contábil e financeiro dos resultados. As organizações sem fins lucrativos sofrem pela falta de controle interno e pelo pouco interesse dados nos resultados econômicos e financeiros. Os gestores dispensam maior parcela de tempo na estruturação de eventos, mas, esquecem do que pode impeli-las de seu desenvolvimento pleno e sustentável no longo prazo.

Temas antes poucos prováveis no terceiro setor, como Governança Corporativa, Planejamento, Captação de recursos, sustentabilidade e principalmente avaliação de resultados através da Análise financeira, são cada vez mais freqüentes e necessários de entendimentos no curto-prazo e demandam respostas urgentes na disponibilização de informações conceituais para a avaliação da capacidade e desempenho, frente aos desafios que as organizações sem fins lucrativos enfrentam.

A melhor compreensão do problema e a busca por informações que possam contribuir para enriquecimento do que foi exposto acima, dependem essencialmente da análise dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis e financeiras dessas entidades: Balanço Patrimonial, Demonstrações do exercício, Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social.

1.2.1 Questão da pesquisa

Com o propósito de contribuir para o esclarecimento da situação-problema e utilizando-se da contabilidade, cujo principal objetivo é gerar informações para subsidiar o processo decisório, pretende-se com este estudo responder a seguinte questão: **Como foi o desempenho econômico-financeiro da União dos Escoteiros do Brasil, nos anos de 2006, 2007 e 2008?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Em consonância com o problema apresentado, a pesquisa será desenvolvida com o intuito de contribuir no desenvolvimento de informações sobre a análise econômico-financeira para entidades sem fins lucrativos e auxílio destas na prestação de contas à sociedade, por meio de instrumentos adequados para a avaliação dos resultados obtidos.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar as principais características das entidades sem fins lucrativos, com destaque para as associações de direitos privados;
- b) Analisar o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados dos exercícios de 2006, 2007 e 2008;
- c) Levantar quais instrumentos de análise econômico-financeira são usados para avaliar os resultados;
- d) Verificar através da análise dos índices financeiros, estruturais e econômicos, o desempenho da entidade, União dos Escoteiros do Brasil.

1.4 JUSTIFICATIVA

ALBUQUERQUE (2006, p.17), nos faz um alerta sobre o tema:

O debate acadêmico e conceitual do terceiro setor é muito recente, sobretudo em países em desenvolvimento. Ainda assim, já se atingiu, no âmbito da universidade, um alto nível de reflexão.

O grande desafio no campo do conhecimento do terceiro setor é inserir esse tema nos grandes campos das disciplinas clássicas, promovendo o diálogo entre diversas áreas e construindo bases teóricas mais sólidas. Além disso, há que se atentar para o risco de o estudo do terceiro setor produzir apenas estudos de casos empíricos, sem que avancemos para uma reflexão acadêmica e teórica mais profunda. Os estudos empíricos são importantes e fundamentais, mas não suficientes para o crescimento de um novo campo de conhecimentos.

O presente estudo justifica-se pelo fato de contribuir com as entidades sem fins lucrativos, no sentido de oferecer um instrumento de avaliação do desempenho econômico alcançado, num determinado período, que representam os indicadores da evolução apresentada, para poder rever seu foco de atuação, prever novos caminhos e avançar através de tendências futuras, por meio da análise econômico-financeira de balanços e DRE.

O terceiro setor tem um papel relevante na sociedade brasileira, desse modo, a transparência com relação aos recursos recebidos e a prestação de serviços realizada mostram-se como uma necessidade, perante aos seus associados e contribuintes (doadores), para garantir assim, um fluxo contínuo de recursos, o que possibilitaria uma melhor atuação na sociedade.

A importância do terceiro setor e, conseqüentemente, das instituições que o compõe podem ser verificadas por meio de alguns números relacionados às atividades filantrópicas brasileiras. (TACHIZAWA, 2001):

- Movimentações Financeiras – US\$ 10 bilhões equivalentes a 1,5 % do PIB (Produto Interno Bruto, no ano de 2002);
- Crescimento de contingente de voluntários: cerca de 25% de brasileiros ou 42 milhões de pessoas que praticam algum tipo de trabalho voluntário ou ações solidárias;
- Geração de aproximadamente 2,5 % dos postos de trabalhos do país;

Torna-se relevante o desenvolvimento de pesquisas em todas as áreas que possam contribuir para o desenvolvimento das entidades sem fins lucrativos.

A contabilidade pode ser considerada uma dessas áreas de estudo, não só por constituir-se numa poderosa ferramenta de gestão, mas pela possibilidade de gerar transparência, assim, ela também tem papel fundamental na solução das dificuldades que as entidades de terceiro setor enfrentam em suas atividades.

Vilanova (2004, p.10) propõe à contabilidade auxiliar nessa tarefa: “a possibilidade da contabilidade gerar informações que contribuam para uma adequada avaliação do resultado e do desempenho dessas organizações.”

Na perspectiva de Beuren (2003, p. 66), a justificativa de um estudo pode se dar, pela explicação da forma como se adéqua a proposta da pesquisa dentro de critérios de relevância, exeqüibilidade, oportunidade e adaptabilidade, se estes foram os critérios para a escolha do tema da pesquisa, sendo desta forma usado neste estudo.

A **relevância** da pesquisa em questão está relacionada à sociedade em geral, contribuindo, principalmente, para a prática nas entidades sem fins lucrativos. Especificamente, oferece contribuições de ordem prática à área de Contabilidade, Finanças e demais setores da economia e sociedade em geral, a consultores, contadores, investidores, estudantes de Contabilidade e áreas afins e demais usuários das demonstrações financeiras. Esta implicação prática está ligada ao fato de que o presente trabalho pode auxiliar na melhor gestão dos recursos financeiros de uma entidade do terceiro setor, entidades que não visam o lucro, e que comumente possui sua importância na sociedade como prestadora de serviços onde a ação do governo está ausente.

A **exeqüibilidade** está relacionada, a possibilidade de execução da pesquisa. O tema “Instrumentos da análise econômico-financeira para avaliação de desempenho em uma entidade sem fins lucrativos: A União dos Escoteiros do Brasil”, abordado na pesquisa, apesar de pouca literatura disponível, sobre o terceiro setor, é crescente os estudos nesta área e vem sendo tratado por alguns autores principalmente em periódicos, revistas dedicadas à área, sites eletrônicos, novas obras literárias, entre outros, entretanto, há um vão no que se refere a obras mais antigas, dos chamados autores clássicos, prejudicando de certa forma a variedade temporal das fontes de pesquisa. As principais línguas utilizadas na bibliografia.

Um ponto forte da justificativa do presente estudo é a **oportunidade** para a realização deste. O autor da presente pesquisa tem contato direto com os dados da entidade sem fins lucrativos estudada e dispõe das informações financeiras e contábeis da entidade, além de relatórios da situação financeira antigos e atuais para a comparação e auxílio na descrição.

O critério de **adaptabilidade** se refere à relação dos conhecimentos do realizador da pesquisa com o tema abordado. O autor tem afinidade com o tema, conhecimento e experiências profissionais práticas, na gestão financeira de outros setores da economia como: uma entidade de governo estadual, três empresas industriais e uma entidade sem fins lucrativos, onde se encontra atualmente.

Portanto, assim está justificada a razão do tema proposto que visa contribuir na gestão de instituições sem fins lucrativos e conseqüentemente aumentar a confiabilidade e evolução deste setor econômico.

1.5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

1.5.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia utilizada neste estudo é exploratória e essencialmente bibliográfica.

Segundo Gil (1999, p. 43), “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Andrade, citado por Beuren e outros (2003, p. 80), destaca que a pesquisa exploratória tem algumas finalidades específicas, como: “proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses; ou descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto”.

Na visão de Santos e Parra Filho (1998, p. 98), a pesquisa bibliográfica é necessária para se conhecer previamente o estágio em que se encontra o assunto a ser pesquisado, independentemente de a qual campo do conhecimento pertença.

Sobre o método utilizado, Lakatos e Marconi (2003, p. 85), assim, o definem:

[...] o método é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Oliveira (2002, p. 58) contribui, afirmando que método é um conjunto de regras ou critérios que servem de referência no processo de busca da explicação ou da elaboração de previsões, em relação a questões ou problemas específicos. Porém, antes de desenvolver o método, é preciso estabelecer os objetivos que pretendemos atingir, de forma clara, examinando de uma maneira ordenada as questões: Por que ocorre? Como ocorre? Onde ocorre? Quando ocorre? O que ocorre?

O método utilizado nesta pesquisa é o estudo de caso que, segundo Yin (2005), é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo, deliberadamente, divorcia o fenômeno em estudo de seu contexto. Igualmente, estudos de caso diferem do método histórico, por se referirem ao presente e não ao passado.

Para esse estudo de caso, escolheu-se a União dos Escoteiros do Brasil, entidade sem fins lucrativos, por entender que está inserida no contexto do terceiro setor, além de já estar estruturada e pelo interesse de conhecer os resultados de uma análise econômico-financeira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Quando houve se falar sobre entidades que visam o bem comum pela transformação do ser humano, parece algo irreal nos dias de hoje, principalmente, porque somos direcionados na busca incessante do lucro, pela maximização de resultados financeiros, com metas quase inatingíveis. Vivemos momentos de transformação, com políticas de Estado voltadas para o social, com entidades atuando sem visar unicamente o lucro e com pessoas que se realizam em trabalhos voluntários em prol do outro. (MACHADO, 2007).

Para o Banco Mundial, “o terceiro setor tem um papel importante como executor de políticas sociais, articulado e complementar à ação do Estado... estas instituições sem fins lucrativos... são eficientes, baratas, não desperdiçam recursos com burocracia, não são corruptas, apresentam resultados muito mais significativos que a ação do Estado”. (BAVA apud ARAUJO, 2000, p.41).

Salamon (1999) considerou os seguintes aspectos fundamentais para identificar as ESFL:

- Entidades focadas no oferecimento de bens e/ou serviços ou aquelas atuando como simples distribuidoras de fundos a outras organizações;
- Entidades focadas no oferecimento de bens e/ou serviços aos próprios membros associados ou aquelas voltadas ao público em geral;
- Entidades focadas no oferecimento de serviços sacramentais e religiosos ou aquelas que não ofereçam serviços de natureza religiosa.

Segundo Bettiol Júnior (2005, p. 10): “O terceiro setor é composto por um diversificado grupo de instituições que atuam no fornecimento de bens e serviços públicos, tendo como objetivo principal a melhoria das condições de vida de todos os indivíduos”.

Para Vilanova (2004, p. 32): “O terceiro setor é o conjunto de organizações privadas que desenvolvem ações que visam à prestação de serviços considerados de interesse público, cujos resultados alcançados se revertem à própria sociedade”.

É muito difícil caracterizar o terceiro setor, devido principalmente as grandes diferenças entre as organizações, mas, Falconer (1999, p. 94) identifica

o terceiro setor no Brasil, apresentando as categorias de organizações que mais frequentemente são identificadas:

(1) o setor formado por instituições religiosas e entidades ligadas a Igrejas, (2) as organizações não-governamentais e novos movimentos sociais, (3) os empreendimentos “sem fins lucrativos” no setor de serviços, (4) o setor para-estatal e nascido sob a tutela do Estado e (5) o setor de fundações e entidades empresariais.

Analisando as entidades de terceiro setor no Brasil, Salomon (1997, p.346) conclui que: “[...] o setor sem fins lucrativos brasileiro é fragmentado e heterogêneo. As numerosas organizações são extremamente variadas [...]”.

Apesar da grande diversidade e diferenças de porte, objetivos específicos, recursos econômicos etc., as seguintes características são comuns nessas organizações (MILANI FILHO, 2004):

- Não há proprietários;
- São organizações não-governamentais dotadas de autonomia diretiva;
- Suprem parcialmente o papel do Estado no atendimento a determinadas necessidades sociais;
- Possuem estrutura e presença institucionais;
- São constituídas pelo interesse social, portanto visam proporcionar benefícios sociais;
- São unidades econômicas;
- Precisam obter recursos para a própria sobrevivência e manutenção das atividades (esses recursos podem ser públicos e/ou privados);
- Não deve haver qualquer distribuição de resultados aos seus membros ou colaboradores, reinvestindo os superávits obtidos;
- Podem gozar de privilégios fiscais, conforme a legislação vigente.

A Contabilidade tem papel fundamental na solução das dificuldades que as entidades de terceiro setor enfrentam neste momento.

Vilanova (2004, p.10) propõe à contabilidade auxiliar nessa tarefa: “a possibilidade da contabilidade gerar informações que contribuam para uma adequada avaliação do resultado e do desempenho dessas organizações.”

A Contabilidade deve auxiliar as entidades de terceiro setor no processo de *accountability*, ou seja, devem ser fornecidas as informações necessárias para que os investidores sociais possam verificar o montante de recursos recebidos pelas entidades, bem como, a destinação destes recursos e, conseqüentemente, os resultados alcançados.

Segundo Bettiol Júnior (2005, p.16): “[...] o benefício obtido pelos indivíduos por meio dos serviços prestados por essas entidades [...] chamam cada vez mais a atenção dos doadores de recursos e da sociedade [...] Portanto, elaborar demonstrações contábeis que possam colaborar para satisfazer essas necessidades torna-se indispensável.”

Essa prestação de contas, não só do recebimento dos recursos, mas, também, da sua aplicação e dos resultados alcançados pelas entidades do terceiro setor é defendida por Cruz (2002): “Deve mostrar claramente para os doadores e para a sociedade não apenas de onde vieram os recursos, mas também, como o dinheiro foi aplicado, qual o benefício social gerado e que práticas podem ser multiplicadas”.

A transparência no terceiro setor pode ser auxiliada pela Contabilidade através da demonstração dos resultados alcançados, pois, torna-se cada vez mais necessária a demonstração dos recursos arrecadados pelas entidades e também, da aplicação destes recursos. Segundo Campos (2003, p.27): “O aumento do volume dos recursos arrecadados pelas entidades do terceiro setor sem fins lucrativos é acompanhado por uma maior necessidade de transparência quanto a sua aplicação.”

A transparência para o terceiro setor é fator determinante da sua sobrevivência, é preciso que estas entidades prestem contas dos seus atos aos investidores sociais. De acordo com Glaeser *apud* Milani Filho (2004, p. 9):

[...] a transparência e a prestação de contas tornaram-se elementos essenciais para contribuir com a própria sobrevivência das entidades, uma vez que estão inseridas num ambiente competitivo por recursos financeiros e não-financeiros e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações, terão maior probabilidade de captação desses recursos.

Ainda, conforme conclui Campos (2003, p. 92): Na medida em que a contabilidade suprir as Organizações do Terceiro Setor [...] e proporcionar a clareza dos números para o público externo, serão possíveis prestações de contas que estimulem a entrada de mais recursos e a sustentabilidade daquelas entidades ao longo do tempo.

Assim como nas organizações com fins lucrativos, no Terceiro Setor a implementação de mecanismos de incentivo e monitoramento sobre a gestão é essencial para o alcance de resultados efetivos da organização. ZYLBERSZTAJN (2003, p.4)

2.1.1 A avaliação de desempenho nas entidades do Terceiro Setor

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas entidades de terceiro setor consiste em mostrar à sociedade os resultados que efetivamente produzem através das suas ações, e desta forma, conseguir garantir um fluxo de recursos que possibilitem a sua sobrevivência.

De acordo com Campos (2003, p.14): “[...] é fundamental que tais entidades demonstrem para a sociedade que estão cumprindo sua missão, principalmente para aqueles que financiam suas atividades”. Da mesma forma, conclui Salomon (1999, p. 179): "O setor sem fins lucrativos necessita intensificar os mecanismos de prestação de contas e dar grande atenção para mensuração dos resultados produzidos."

É importante para a sustentabilidade das entidades de terceiro setor demonstrar os resultados, segundo Cruz (2002): “[...] o doador raciocina da seguinte forma: se não sabe de que maneira seus recursos foram aplicados, se não se sente capaz de vislumbrar resultados, não tem estímulo para doar mais.”

A importância dos resultados gerados através da aplicação dos recursos recebidos pelas entidades, também é defendido por Falconer (1999, p. 113): “[...] a eficiência e a eficácia de resultados constituem o *principal desafio* das organizações da sociedade civil [...] como suficientes para justificar uma doação de recursos [...]”.

A prestação de contas, por parte das entidades de terceiro setor, à sociedade e aos doadores de recursos possibilitará um aumento da transparência de suas ações e da confiança perante a sociedade.

Segundo Milani Filho (2004, p. 51) as avaliações de desempenho nas entidades sem fins lucrativos: “[...] podem colaborar com a própria sobrevivência das entidades do Terceiro Setor, considerando a confiança que seus mantenedores depositam”.

Neste contexto, Machado (2007, p.21) conclui que:

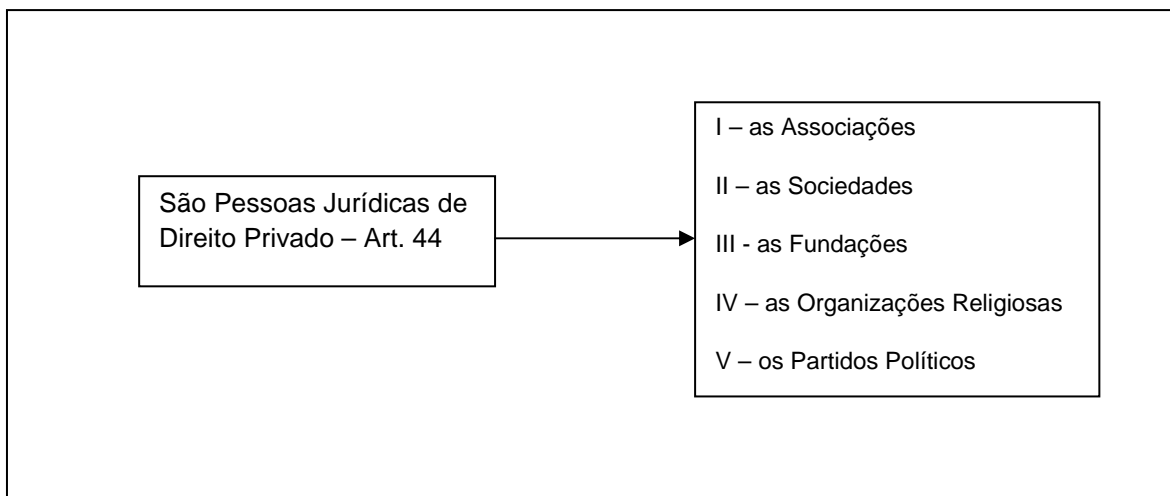
“o profissional da área contábil assume papel fundamental, pois auxiliará estas entidades tornando-as transparentes em suas ações, principalmente nas demonstrações contábeis de forma a apresentar a todos os interessados o quanto estas instituições contribuem qualitativa e quantitativamente para a sociedade”.

2.1.2 Forma Jurídica no Terceiro Setor

No Brasil, as entidades do Terceiro Setor adotam a forma jurídica de associação ou de fundação, ambas previstas pelo Código Civil Brasileiro, segundo o artigo 44, Lei nº 10406/2002. (BRASIL).

A figura 1 apresenta o conjunto de pessoas jurídicas segundo o código civil brasileiro.

Figura 1 – Pessoas Jurídicas de Direito Privado / Código Civil Brasileiro



Fonte: BRASIL (2002, Lei 10406)

2.1.2.1 Associações

O artigo 53 do Código Civil diz que: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.” (BRASIL, 2002). Esta é a primeira forma de pessoa jurídica definida no referido código.

“As associações possuem patrimônio, mas, não dividem o resultado entre os sócios. “Elas podem perceber contribuições para fins educacionais, culturais, esportivos, religiosos, morais e recreativos.”

“[...] Nessas entidades, o fator preponderante são a reunião de pessoas e a finalidade não lucrativa.” (FRANÇA et al., op.cit.p.23) e (SZAZI, 2000, p.28).

“[...] Não perde a categoria de associação mesmo que realize negócios para manter ou aumentar seu patrimônio, sem, contudo, proporcionar ganhos aos associados, por exemplo, associação esportiva que vende aos seus membros uniformes, alimentos, bolas, raquetes, etc. Embora isso traga como consequência, lucro para a entidade. A sociedade civil, por sua vez, é a que visa fim econômico ou lucrativo, que deve ser repellido entre os sócios, sendo alcançados pelos exercícios de profissões ou dedicado a profissões regulamentadas”. (DINIZ, 1993, p.120)

É necessário acrescentar que, para o funcionamento das associações, deve-se reunir em assembléia pessoas com maioria civil, as quais tenham o propósito de associar-se para uma finalidade lícita e não lucrativa. (SZAZI, 2000, *passim*). Isto no concernente a sua constituição, estatuto e dirigentes.

2.1.2.2 Fundações

Na concepção de Szazi (2000, *passim*): Uma fundação está definida como um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor. ”

O artigo 62 do código civil diz que: Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser a maneira de administrá-la. (BRASIL, 2002).

E o parágrafo único do referido artigo diz que a fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Esta é a terceira forma de pessoa jurídica definida no referido código.

Por outro lado, Szazi argumenta quanto à criação de uma fundação que: [...] não é simplesmente a atenção à causa de interesse social eleita, mas sim a sua atenção de forma permanente [...]” e “[...] a essência das fundações, que é a própria existência de um patrimônio. (SZAZI, Ibid., 2004, p.12-13). Conceitualmente, uma fundação é um patrimônio personalizado, destinado a um fim e à consecução de fins sociais e determinados (RAFAEL, 1997; PAES, 1999; e MFP, 2004).

No Brasil, as fundações podem ser criadas pelo Estado, assumindo natureza de pessoa jurídica de direito público, ou por indivíduos ou empresas, quando assumem natureza de direito público. (SZAZI, 2000, passim).

2.1.3 Informações para registro como pessoa jurídica

A associação adquire personalidade jurídica quando é registrada no Cartório Civil de Registro de Pessoas Jurídicas. São os seguintes documentos a serem apresentados para se conseguir o registro (Manual de ONGs, 2003):

Ata de constituição: relata a reunião dos sócios fundadores que propôs a constituição da associação. A ata deve estar assinada por todos os sócios-fundadores;

Estatutos sociais: em duas vias, assinados pelo presidente da associação e vistados por um advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, no estado onde está sediada a entidade. Ambas as assinaturas devem ter firmas reconhecidas;

Ata da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal: essa ata deve conter os dados e a qualificação de cada diretor eleito, mencionando a duração do mandato. Basta as assinaturas de quem presidiu e secretariou a reunião;

Requerimento de registro: assinado pelo representante legal da entidade.

O termo “instituições” não tem implicações jurídicas e pode constar na denominação de associações ou de fundações. As fundações são designadas obrigatoriamente como fundações, mas podem acrescentar o termo “instituições” à sua denominação.

ESQUEMA COMPARATIVO DE ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES

Característica	Associação	Fundação
1. Natureza	Reunião de pessoas voltada para a realização de finalidade cultural, social, recreativa etc.	Complexo de bens destinados a fins sociais determinados.
2. Origem ou forma de criação	Assembléia Geral de Constituição, com a aprovação do estatuto e a eleição da diretoria.	Manifestação de vontade do instituidor, por meio de escritura pública (ou testamento) designando: 1. Os bens que servirão à futura entidade; e 2. Quem irá organizá-la.
3. Aquisição de personalidade jurídica	Registro do estatuto e respectivas atas em cartórios.	1. Lavratura da escritura da instituição; 2. Elaboração do estatuto pelos instituidores; 3. Aprovação do estatuto pelo Ministério Público; 4. Registro do estatuto e respectivas atas em cartórios.
4. Finalidade ou fins	Passível de alteração por manifestação dos sócios. (geralmente por maioria qualificada, na forma que dispuser o estatuto).	É permanente, pois, uma vez definida pelo instituidor, não pode ser alterada pelos administradores.
5. Patrimônio	Não requer patrimônio prévio para a criação.	Essencial para a constituição da fundação deve ser suficiente e compatível com as finalidades da entidade.

2.1.4 Fontes de recursos

A sustentabilidade institucional, que pode ser entendida como [...] garantir a viabilidade financeira de uma instituição, baseada em ações técnica e politicamente adequadas ao enfrentamento dos problemas que se dispõem a resolver, garantindo o efetivo atendimento das demandas dos grupos sociais beneficiados (RAMOS, 2001, p. 55), é um dos principais desafios a ser superado pelas organizações que compõem o terceiro setor.

Apesar de esse estudo destacar o aspecto financeiro da sustentabilidade institucional (fontes de recurso), é importante ressaltar a existência de outros pontos críticos ao sucesso do processo de sustentabilidade das instituições do terceiro setor. Cita-se, como exemplo, a capacidade com que a organização executa as ações que se propôs a desenvolver e a relevância destas à parcela da sociedade à qual se predispõe beneficiar.

Nesse sentido, Ramos (2001, p.53) destaca a importância da eficiência e eficácia na utilização dos recursos direcionados à consecução dos objetivos sociais da entidade, como forma de atingir a sustentabilidade:

Uma instituição que se pretende sustentável precisa estar efetivamente dimensionada para atingir seus objetivos. Isso significa especialização e profissionalismo. Seja qual for a fonte de recursos que irá viabilizar o trabalho da organização, a relação com a mesma será a de subsidiar projetos que têm objetivos a alcançar e resultados a apresentar. Trata-se de uma equação custo-benefício que precisa ser respeitada.

O desafio da sustentabilidade é tratado de forma mais abrangente no estudo sobre captação de recursos desenvolvida por Cruz e Estraviz (2003, p. 57):

O desafio da sustentabilidade envolve não só o levantamento e a adequada utilização de recursos financeiros; implica investir no desenvolvimento das pessoas que fazem parte da organização, melhorar a qualidade dos serviços e adequá-los às necessidades das comunidades, buscar a adesão da sociedade à causa da organização e informar de forma transparente.

Os recursos financeiros utilizados pelas entidades que compõem o terceiro setor são, normalmente, provenientes de interações com o Estado, organismos oficiais, organismos privados internacionais, fundações nacionais e internacionais, empresas nacionais e internacionais dos diversos segmentos da economia, bem como doações que podem abranger recursos monetários ou outros tipos de recursos obtidos por essas instituições.

Esses recursos financeiros chegam às instituições do terceiro setor sob a forma de contribuições, doações, subvenções, sendo que essas modalidades podem ser assim definidas:

Contribuições - transferência voluntária e incondicional de ativos para uma entidade (beneficiária) advinda de outra entidade que não espera receber valor em troca e não age como um proprietário (doador). A contribuição também pode ocorrer sob a forma que cancelamento de passivos do beneficiário (DELANEY et al., 2002, p. 1017).

Doações - [...] transferências gratuitas, em caráter definitivo, de recursos financeiros ou do direito de propriedade de bens móveis e imóveis, com as finalidades de custeio, investimentos e imobilizações, sem contrapartida do beneficiário dos recursos. (BRASIL, NBC T 10.16, item 10.16.1.8).

Subvenções - [...] são as transferências derivadas da lei orçamentária e concedidas por órgãos do setor público a entidades, públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas com a manutenção e o custeio destas, caracterizadas ou não pela contraprestação de bens e serviços da beneficiária dos recursos. (BRASIL, NBC T 10.16, item 10.16.1.5).

O Conselho Federal de Contabilidade subdivide as subvenções em dois grupos (BRASIL, NBC T 10.16, item 10.16.1.5):

- a) sociais: “[...] aquelas destinadas a entidades, públicas ou privadas, sem finalidade lucrativa, de natureza assistencial, médica, educacional ou cultural, com vista a estimular a prestação de serviços essenciais em suplementação à iniciativa privada;”
- b) econômicas: “[...] as transferências destinadas a empresas, públicas ou privadas, de natureza industrial, comercial, agrícola ou pastoril, e inclusive para a cobertura de déficits de manutenção das empresas públicas.”

A análise das definições acima destaca a ausência de uma contraprestação direta de bens e serviços para aqueles que transferem os ativos às instituições beneficiárias, contrapondo-se ao mecanismo de troca existente no mercado.

Um fato que tem chamado a atenção é a crescente participação da geração de recursos próprios (autofinanciamento), tornando-se um importante componente no mix de recursos utilizados pelas instituições do terceiro setor (MAÑAS; CARDOSO, 2000, p.45).

2.2.1 A ORIGEM DO ESCOTISMO

“O fundador do escotismo foi Robert Stephenson Smyth Baden-Powell que nasceu em Londres, Inglaterra, a 22 de fevereiro de 1857 [...]. Seu pai morreu quando Robert tinha aproximadamente 3 anos, deixando a sua mãe com sete filhos, dos quais o mais velho não tinha ainda 14 anos. Robert viveu uma bela vida ao ar livre com seus quatro irmãos, excursionando e acampando com eles em muitos lugares da Inglaterra”.

[...] Seus camaradas da escola muito apreciavam suas habilidades como ator. [...] Tinha também vocação para a música, e seu dom para o desenho permitiu-lhe mais tarde ilustrar todas as suas obras.

Aos 19 anos B-P colou grau na Escola Charterhouse e aceitou imediatamente uma oportunidade de ir à Índia como subtenente do regimento que formara a ala direita da cavalaria na célebre "Carga da Cavalaria Ligeira" da Guerra da Criméia.

Além de uma carreira excelente no serviço militar (chegou a capitão aos vinte e seis anos), ganhou o troféu esportivo mais desejado de toda a Índia, o troféu de "sangrar o porco", caça ao javali selvagem, a cavalo, tendo como única arma uma lança curta.

Em 1887 B-P [...] As promoções de B-P na carreira militar eram quase automáticas tal a regularidade com que ocorriam até que, subitamente se tornou famoso.

Corria o ano de 1899 e Baden-Powell tinha sido promovido a Coronel. Na África do Sul estava se fermentando uma agitação e as relações entre a Inglaterra e o governo da República de Transval tinha chegado ao ponto do rompimento. B-P recebeu ordens de organizar dois batalhões de carabineiros montados e marchar para Mafeking, uma cidade no coração da África do Sul. "Quem tem Mafeking tem as rédeas da África do Sul", era um dito corrente entre os nativos, que se verificou ser verdadeiro.

Veio a guerra, e durante 217 dias (a partir de 13 de outubro de 1899) B-P defendeu Mafeking cercada por forças esmagadoramente superiores do inimigo, até que tropas de socorro conseguiram finalmente abrir caminho lutando para auxiliá-lo, no dia 18 de maio de 1900.

B-P promovido agora ao posto de major-general tornou-se um herói aos olhos de seus compatriotas. Foi como um herói dos adultos e das crianças que em 1901 ele regressou da África do Sul para a Inglaterra e descobrir, surpreso, que a sua popularidade pessoal dera popularidade ao livro que escrevera para militares: *Aids to Scouting (Ajudas à Exploração Militar)*. O livro estava sendo usado como um compêndio nas escolas masculinas. B-P viu nisto um desafio. Compreendeu que estava aí a oportunidade de ajudar a juventude. Se um livro para adultos sobre as atividades dos exploradores podia exercer tal atração sobre os rapazes e servir-lhes de fonte de inspiração, outro livro, escrito especialmente para rapazes poderia despertar muito maior interesse.

Pôs-se então a trabalhar, aproveitando e adaptando sua experiência na Índia e na África entre os Zulus e outras tribos selvagens. Reuniu uma biblioteca especial e estudou nestes livros os métodos usados em todas as épocas para a educação e o adestramento dos rapazes, desde jovens espartanos, os antigos bretões, os peles-vermelhas, até os nossos dias. Lenta e cuidadosamente, B-P foi desenvolvendo a idéia do escotismo. Queria estar certo de que a idéia podia ser posta em prática, e por isso, no verão de 1907 foi com um grupo de 20 rapazes para a ilha de Brownsea, no Canal da Mancha, para realizar o primeiro acampamento escoteiro que o mundo presenciou. O acampamento teve um completo êxito.

Nos primeiros meses de 1908, lançou em seis fascículos quinzenais o seu manual de adestramento, o "Escotismo para Rapazes" sem sequer sonhar que este livro iria por em ação um movimento que afetaria a juventude do mundo inteiro.

Mal tinha começado a aparecer nas livrarias e nas bancas de jornal e já surgiram patrulhas e tropas escoteiras não apenas na Inglaterra, mas em muitos outros países. O movimento cresceu tanto que em 1910, B-P compreendeu que o Escotismo seria a obra a que dedicaria a sua vida. Teve a visão e a fé de reconhecer que podia fazer mais pelo seu

país adestrando a nova geração para a boa cidadania do que preparando um punhado de homens para uma possível futura guerra.

Pediu então demissão do Exército onde havia chegado a tenente-general e ingressou na sua "segunda vida", como costumava chamá-la, sua vida de serviço ao mundo por meio do Escotismo.

Em 1912 fez uma viagem ao redor do mundo para contatar os escoteiros de muitos outros países. Foi este o primeiro passo para fazer do Escotismo uma fraternidade mundial.

A Primeira Guerra Mundial momentaneamente interrompeu este trabalho, mas com o fim das hostilidades foi recommençado, e em 1920 os escoteiros de todas as partes do mundo se reuniram em Londres para a primeira concentração internacional de escoteiros: o Primeiro Jamboree Mundial. Na última noite deste Jamboree, a 6 de agosto, B-P foi proclamado "Escoteiro-Chefe-Mundial" sob os aplausos da multidão de rapazes.

O Movimento Escoteiro continuou a crescer. No dia em que atingiu a "maioridade" completando 21 anos contava com mais de 2 milhões de membros em praticamente todos os países do mundo. Nesta ocasião, B-P recebeu do rei Jorge V, a honra de ser elevado a barão, sob o nome de Lord Baden-Powell of Gilwell.

Quando suas forças, afinal, começaram a declinar, depois de completar 80 anos de idade, regressou à sua amada África com a sua esposa, Lady Baden-Powell, que fora uma entusiástica colaboradora em todos os seus esforços, e que era a Chefe-Mundial das "Girl Guides" (bandeirantes), movimento também iniciado por Baden-Powell. Fixaram residência no Quênia em um lugar tranqüilo e com um panorama maravilhoso: florestas de quilômetros de extensão tendo ao fundo montanhas de picos cobertos de neve. Foi lá que morreu Baden Powell, em 8 de janeiro de 1941, faltando um pouco mais de um mês para completar 84 anos de idade.

(texto extraído de: <http://www.escoteiros.org.br/escotismo/baden-powell.php>, acesso em 15/11/2011).

2.2.2 A UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL

“A primeira notícia sobre o Escotismo publicada no Brasil foi dia 1º de dezembro de 1909, no número 13 da revista Ilustração Brasileira, editada no Rio de Janeiro. [...] preparada na Inglaterra” onde se encontrava “[...] um contingente de Oficiais e Praças da Marinha do Brasil que se preparava para guarnecer os novos navios da esquadra brasileira em construção”.

“No retorno, os militares trouxeram consigo uniformes escoteiros ingleses, [...] que chegou ao Rio de Janeiro em 17 de abril de 1910. No dia 14 de junho do mesmo ano reuniram-se todos os interessados pelo escotismo [...] numa casa existente até hoje. Os acampamentos e caminhadas eram, com frequência, realizados em direção ao, hoje, Instituto Osvaldo Cruz e documentados em cartões postais, [...]. O Centro chegou a ter um efetivo de vinte escoteiros e marcou a história como a primeira semente do Movimento Escoteiro no Brasil”.

Depois disso vieram outras associações que, em 1924, juntaram-se, a pedido do Fundador Baden-Powell, para constituir a União dos Escoteiros do Brasil, que atualmente reúne todos os que praticam o Escotismo no país.

2.2.2.1 A Instituição

Fundada em 04 de novembro de 1924 é uma associação com atuação nacional, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, beneficente e filantrópico que congrega todos os que pratiquem o Escotismo no Brasil.

Está Presente em todo o território nacional, com 1.118 Grupos Escoteiros espalhados em praticamente todas as cidades brasileiras, contando com 64.514 associados, dentre os quais são: 47.794 crianças e jovens e 16.720 adultos.

Títulos e Reconhecimentos da UEB:

- Possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS;
- Certificado de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal nº. 3.297 - 11/07/1917
- Reconhecida como Instituição de Educação Extra-Escolar e Órgão Máximo do Escotismo Brasileiro – Decreto-Lei nº. 8.828 - 24/01/1946.

Missão:

Proporcionar a prática do Escotismo ao maior número de jovens brasileiros.

Visão:

A UEB é uma organização em constante crescimento:

- Consciente de sua responsabilidade social, comprometida com a comunidade e reconhecida como referência educacional;
- Com uma estrutura uma ágil, moderna, profissionalizada e na qual todos seus membros estão comprometidos com suas áreas estratégicas;
- Que oferece à juventude, um Programa atraente e educacionalmente eficaz.

Princípios

Os Princípios do Escotismo estão definidos na Promessa Escoteira, os quais são a base moral que se ajusta aos níveis de maturidade do indivíduo:

- Dever para com Deus.
- Dever para com o Próximo.
- Dever para consigo mesmo.

2.2.2.2 Principais características do movimento escoteiro

As principais características do movimento estão descritas abaixo e visa fazer entender como a instituição exerce suas atividades, sendo este uma transcrição do manual interno, conhecido como POR, que dispõe sobre os princípios, organizações e regras para a prática do escotismo no Brasil:

**CAPÍTULO 1
DOS FUNDAMENTOS**

REGRA 001 – DEFINIÇÃO DE ESCOTISMO

O Escotismo é um movimento educacional de jovens, sem vínculo a partidos políticos, voluntário, que conta com a colaboração de adultos, e valoriza a participação de pessoas de todas as origens sociais, raças e credos, de acordo com seu Propósito, seus Princípios e o Método Escoteiro concebidos pelo Fundador Baden-Powell e adotados pela UEB.

REGRA 002 – PROPÓSITO DO ESCOTISMO

O Propósito do Movimento Escoteiro é contribuir para que os jovens assumam seu próprio desenvolvimento, especialmente do caráter, ajudando-os a realizar suas plenas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais, como cidadãos responsáveis, participantes e úteis em suas comunidades, conforme definido pelo seu Projeto Educativo.

REGRA 003 – PRINCÍPIOS DO ESCOTISMO

Os Princípios do Escotismo são definidos na sua Promessa e Lei Escoteira, base moral que se ajusta aos progressivos graus de maturidade do indivíduo:

- a) Dever para com Deus – Adesão a princípios espirituais e vivência ou busca da religião que os expresse, respeitando as demais.
- b) Dever para com o Próximo – Lealdade ao nosso País, em harmonia com a promoção da paz, compreensão e cooperação local, nacional e internacional, exercitadas pela Fraternidade Escoteira.
Participação no desenvolvimento da sociedade com reconhecimento e respeito à dignidade do ser humano e ao equilíbrio do meio ambiente.
- c) Dever para consigo mesmo – Responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento.

REGRA 004 – PROMESSA ESCOTEIRA

A Promessa Escoteira, prestada por escoteiros, escoteiras, seniores, guias, pioneiros e pioneiras na cerimônia correspondente e renovada quando da passagem de um Ramo para outro, é a seguinte:

*Prometo pela minha honra fazer o melhor possível para:
Cumprir meus deveres para com Deus e minha Pátria;
Ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião;
Obedecer à Lei Escoteira.*

REGRA 008 – LEI ESCOTEIRA

A Lei Escoteira é a seguinte:

- I. O escoteiro tem uma só palavra; sua honra vale mais do que a própria vida.
- II. O escoteiro é leal.
- III. O escoteiro está sempre alerta para ajudar o próximo e pratica diariamente uma boa ação.
- IV. O escoteiro é amigo de todos e irmão dos demais Escoteiros.
- V. O escoteiro é cortês.
- VI. O escoteiro é bom para os animais e as plantas.
- VII. O escoteiro é obediente e disciplinado.
- VIII. O escoteiro é alegre e sorri nas dificuldades.
- IX. O escoteiro é econômico e respeita o bem alheio.
- X. O escoteiro é limpo de corpo e alma.

REGRA 010 – MÉTODO ESCOTEIRO

O Método Escoteiro, com aplicação eficazmente planejada e sistematicamente avaliada nos diversos níveis do Movimento, caracteriza-se pelo conjunto dos seguintes pontos:

- a) Aceitação da Promessa e da Lei Escoteira:
Todos os membros assumem, voluntariamente, um compromisso de vivência da Promessa e da Lei Escoteira.
- b) Aprender fazendo:
Educando pela ação, o Escotismo valoriza:
 - o aprendizado pela prática;
 - o treinamento para a autonomia, baseado na autoconfiança e iniciativa;
 - os hábitos de observação, indução e dedução.
- c) Vida em equipe, denominada nas Tropas “Sistema de Patrulhas”, incluindo:
 - a descoberta e a aceitação progressiva de responsabilidade;
 - a disciplina assumida voluntariamente;
 - a capacidade tanto para cooperar como para liderar.

- d) Atividades progressivas, atraentes e variadas, compreendendo:
- jogos;
 - habilidade e técnicas úteis, estimuladas por um sistema de distintivos;
 - vida ao ar livre e em contato com a Natureza;
 - interação com a Comunidade;
 - mística e ambiente fraterno.
- e) Desenvolvimento pessoal com orientação individual considerando:
- a realidade e o ponto de vista dos jovens;
 - a confiança nas potencialidades de cada jovem;
 - o exemplo pessoal do adulto;
 - Seções com número limitado de jovens e faixa etária própria.

CAPÍTULO 2 DA ORIENTAÇÃO GERAL

REGRA 011 – POSIÇÃO DO ESCOTISMO

O Escotismo, como força educativa, se propõe a complementar a formação que cada criança ou jovem recebe de sua família, de sua escola e de seu credo religioso, e de nenhum modo deve substituir essas instituições.

A UEB não está ligada a qualquer organização político-partidária. Seus membros, quando usando o traje ou o uniforme escoteiro, ou quando representando o Movimento Escoteiro, devem abster-se de tomar parte em reuniões ou atividades político-partidárias.

REGRA 012 – UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL

A União dos Escoteiros do Brasil - UEB, é a sociedade civil de âmbito nacional que congrega todos quantos pratiquem o Escotismo no Brasil, de forma que o Escotismo só pode ser praticado no território brasileiro por pessoas físicas ou jurídicas por ela autorizadas, e tem, em consequência, exclusividade na produção, na comercialização e no uso de símbolos e distintivos escoteiros.

A UEB está organizada em três Níveis:

- a) o NACIONAL, com autoridade em todo o território nacional;
- b) o REGIONAL, denominado Região Escoteira, podendo abranger uma ou mais Unidades da Federação, ou parte dela, com autoridade sobre a área que lhe for fixada; e
- c) o LOCAL, constituído pelas Unidades Escoteiras Locais, que podem ser Grupos Escoteiros ou Seções Escoteiras Autônomas, que são organizações locais para a prática do Escotismo.

REGRA 019 – SERVIÇOS

A boa ação diária e o serviço ao próximo e à comunidade são deveres comuns a todos os membros do Movimento, individual ou coletivamente, e nada caracteriza melhor o escoteiro do que o cumprimento integral dessa atitude.

Todos os escotistas e dirigentes devem se empenhar em conseguir oportunidades para a prestação de serviços e a execução de projetos de desenvolvimento comunitário.

A UEB incentivará a participação das UEL - Unidades Escoteiras Locais (Grupos Escoteiros ou Seções Escoteiras Autônomas) em todas as campanhas nacionais, estaduais e locais que visem à educação popular, a higiene e a saúde, o cumprimento dos deveres cívicos, a conservação dos recursos naturais e similares que visem o aprimoramento humano e da sociedade.

REGRA 020 – FRATERNIDADE MUNDIAL

Todos os membros do Movimento Escoteiro fazem parte da grande Fraternidade Escoteira Mundial e dessa forma concorrem para a paz e a mútua compreensão

entre os homens, auxiliando a todos os movimentos de cooperação internacional que se coadunam com esses interesses e sentimentos.

REGRA 033 – REGISTRO E CONTRIBUIÇÃO ANUAL

A prática do Escotismo no Brasil só é permitida aos inscritos e registrados anualmente na UEB. Anualmente a UEL - Unidade Escoteira Local (Grupo Escoteiro ou Seção Escoteira Autônoma) deve renovar o seu reconhecimento ante a UEB, com a efetivação do seu registro e o pagamento da contribuição anual de todos os seus integrantes.

A não observância destas condições implica a suspensão automática do reconhecimento e dos direitos da UEL - Unidade Escoteira Local (Grupo Escoteiro ou Seção Escoteira Autônoma), podendo ser declarada extinta, com o cancelamento do seu reconhecimento, após um período de doze meses.

Constitui falta grave, passível de punição disciplinar dos adultos, dirigentes e escotistas, que promoverem atividades escoteiras sem que a UEL - Unidade Escoteira Local esteja registrada no ano em curso e/ou permitir a participação de membro juvenil e/ou adulto sem a efetivação do seu registro e pagamento da sua contribuição anual.

A principal fonte de receitas desta instituição é a cobrança da taxa anual do associado e de novas inscrições, conhecidas como Registros Escoteiros, agregados à uma apólice de seguros de vida compulsória que visa garantir a assistência e segurança aos associados em todas as atividades da prática escoteira. Existe além desta, outra fonte de receita, a Loja Escoteira Nacional, de relevante importância, mas não a mais importante, com o objetivo de contribuir diretamente no fornecimento de produtos aos associados, usados na prática do ensino escoteiro.

Outro documento interno que está à disposição dos associados é o Manual de Administração, que visa orientar a todos que desejam constituir um grupo escoteiro, desde que pertençam ao movimento escoteiro e estejam devidamente registrados:

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

O planejamento, orientação e execução das atividades financeiras são de competência da Diretoria do Grupo. Isto significa que dentre as responsabilidades da Diretoria, destacam-se:

- Elaborar e aprovar a Previsão Orçamentária Anual para o exercício, prevendo os valores e fontes de recursos, bem como sua destinação.
- Administrar os valores recebidos, seja na forma de mensalidades, taxas, doações, subvenções ou campanhas financeiras.
- Autorizar e efetuar os pagamentos das obrigações, registrando-os e arquivando os recibos, notas e cupons fiscais ou outros comprovantes da despesa.
- Manter o controle das receitas e despesas registradas, encaminhando ao Profissional Contábil toda a documentação necessária à elaboração dos Balancetes Mensais, do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.

- Encaminhar os Balancetes, o Balanço e a Demonstração do Resultado para apreciação da Comissão Fiscal do Grupo que fará a emissão de parecer, após, apresentá-lo na Reunião Ordinária da Assembléia do Grupo para aprovação.
- Encaminhar o Balanço e a Demonstração do Resultado para a Diretoria Regional.

A - AS FONTES DE RECEITA

As receitas auferidas pelo Grupo Escoteiro, normalmente, são:

MENSALIDADES ou ANUIDADES cobradas dos sócios contribuintes do Grupo, que são os pais e/ou responsáveis dos membros juvenis, os antigos escoteiros, os membros dos Clubes da Flor de Lis e as pessoas e entidades admitidas pela Diretoria e que concorram com mensalidades ou anuidades.

TAXAS estabelecidas pelo Grupo Escoteiro, para cobrir custos específicos tais como eventos do Grupo e atividades das Seções.

DOAÇÕES e SUBVENÇÕES recebidas pelo Grupo Escoteiro de Empresas, Órgãos Públicos, Entidades e/ou outras, ou de pessoas físicas.

CAMPANHAS FINANCEIRAS organizadas pelo Grupo, na sua cidade, com o trabalho de adultos, tais como: coleta e venda de garrafas, montagem de "barracas" para venda de bebidas e/ou alimentos em festas, etc. Devem-se verificar na Região Escoteira as regras estabelecidas quanto ao porte e à execução dessas atividades.

RECEITAS FINANCEIRAS sobre aplicação de recursos do Grupo Escoteiro, tal como a poupança.

RECEITA DE LOJA ESCOTEIRA, proveniente da revenda, para os membros do Grupo Escoteiro, de artigos oficiais da UEB como distintivos, livros, camisetas, além de outros utensílios e equipamentos.

RECEITA DE CANTINA ESCOTEIRA, proveniente da venda de lanches, salgados, doces e bebidas na sede do Grupo Escoteiro.

B - AS DESPESAS

É imprescindível definir contas para grupos de despesas. Essas contas identificarão claramente a destinação dos recursos do Grupo Escoteiro. Normalmente as contas de despesa de um Grupo são:

REGISTRO ANUAL dos seus membros, pagos para a Direção Nacional e para a Direção Regional.

DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA SEDE, que identificam os gastos com a conservação e melhoramentos das instalações do Grupo Escoteiro.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS, que identificam os gastos necessários à manutenção das atividades administrativas do Grupo, como aquisição de material de escritório, despesas com fotocópias, aquisição de fichas e formulários

A CONTABILIDADE E O TERCEIRO SETOR

A mobilização de recursos financeiros, materiais e humanos e a sua gestão eficiente e eficaz com o intuito de alcançar os objetivos previamente definidos exercem papel importante no processo de continuidade das organizações do terceiro setor.

Diferentemente das empresas em que os gestores são responsáveis pela satisfação dos clientes e maximização do lucro, nas instituições sem fins lucrativos, esses profissionais são avaliados pelos resultados alcançados no desenvolvimento de projetos e pela adequação da aplicação dos recursos destinados à instituição.

Por desempenhar função de interesse público, espera-se que a organização do Terceiro Setor cultive a transparência quanto ao seu portfólio de projetos e, também, quanto aos resultados obtidos e os recursos alocados. O diagnóstico ex-ante e a avaliação ex-post constituem instrumentos determinantes para o êxito e o apoio a ser obtido em iniciativas futuras. Nesse sentido, a preparação de relatórios de avaliação, e a sua disseminação constituem importantes instrumentos de comunicação com a sociedade. (MARCOVITCH, 1997, p.129).

Nesse contexto, a Contabilidade apresenta-se como uma ferramenta essencial no processo de gestão e de promoção da transparência das ações desenvolvidas pelas organizações do terceiro setor, uma vez que é definida “[...] como o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação.” (IUDÍCIBUS, 2000, p. 26).

3.2 Aspectos contábeis das entidades sem fins lucrativos

A existência de uma legislação específica sobre contabilidade aplicável às instituições sem fins lucrativos é uma dúvida que, normalmente, acompanha as reflexões de gestores e outros indivíduos que se relacionam com o terceiro setor.

Durante longo período, a falta de previsão no ordenamento jurídico do Brasil sobre uma legislação contábil específica aplicável às instituições do terceiro setor fez com que seus dirigentes usassem legislações aplicáveis a outras organizações, em especial às empresas. (PAES, 2003, p.319).

A Lei nº 9.790/99, batizada de Lei do Terceiro Setor, prevê em seus artigos 4º e 5º que a entidade sem fins lucrativos deve fazer observar os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), devendo elaborar balanço patrimonial e demonstração de resultados do exercício.

O Decreto nº 3.100/99 aumentou o conjunto de demonstrações contábeis exigidas das instituições sem fins lucrativos ao acrescentar a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, além das Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis que devem ser apresentadas pelas entidades do terceiro setor têm suas estruturas estabelecidas por meio da Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações e pela NBC T 3 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A NBC T 10.19 determina que, na elaboração das demonstrações contábeis, a conta Capital e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados deverão ser substituídas, respectivamente, por Patrimônio Social e Superávit ou Déficit do Exercício.

Mesmo existindo características específicas que diferenciam as instituições sem fins lucrativos das empresas, a legislação exige dessas entidades a elaboração de demonstrações contábeis que utilizem a mesma estrutura, terminologia e conteúdo usado pelas empresas, excetuando-se as alterações observadas anteriormente (OLAK; NASCIMENTO, 2000, p.4).

Verifica-se, por meio dos ensinamentos de Ludícibus (2000, p.54), que as convenções contábeis podem ser entendidas como normas ou restrições aos princípios contábeis, cuja função é qualificar e delimitar o campo de aplicação dos princípios contábeis em certas oportunidades. São elas:

Convenção da Objetividade – entre procedimentos igualmente relevantes deve-se dar preferência aos que puderem ser comprovados por documentos ou critérios objetivos.

Convenção da Materialidade - a relação custo-benefício deve nortear a decisão quanto à influência das informações que devem ser evidenciadas ou negadas ao usuário.

Convenção do Conservadorismo (Prudência) – nas alternativas válidas de avaliação de elementos do patrimônio, deve-se escolher a que apresentar o menor valor atual para o ativo e o maior para o passivo.

Convenção da Consistência (Uniformidade) – Os critérios contábeis utilizados por uma entidade devem ser mantidos ao longo do tempo para que os usuários tenham a possibilidade de fazer comparações e delinear tendências.

3.2.2 Demonstrações contábeis

Os postulados, princípios e convenções constituem a base sobre a qual são geradas as informações relevantes para que cada usuário possa realizar seus julgamentos e tomar as suas decisões com segurança, sobretudo os usuários externos. Essa estrutura conceitual contribui para a confiabilidade das informações divulgadas, pois elas são elaboradas de acordo com critérios e normas contábeis previamente e claramente definidos, permitindo a comparação da posição econômico-financeira de entidades diferentes e da mesma entidade em momentos distintos.

Para atender ao objetivo da contabilidade de subsidiar o processo decisório, as empresas divulgam periodicamente um conjunto básico de informações consubstanciadas nos demonstrativos e relatórios contábeis. Como já mencionado, a legislação prevê que as entidades do terceiro setor devem publicar várias das peças contábeis divulgadas pelas empresas e em conformidade com a estrutura determinada pela Lei nº 6.404/76, quais sejam:

Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial (BP) apresenta a posição financeira e patrimonial da instituição em uma determinada data - posição estática. De acordo com o art. 178 da Lei nº 6.404/76, “[...] no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.”

Sendo assim, as contas do Ativo são classificadas em ordem decrescente de grau de liquidez e as contas do Passivo em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades (IUDÍCIBUS et al., 2003, p.30).

A NBC T 10.19, item 10.19.3.2, prevê que, na elaboração do Balanço Patrimonial das entidades sem fins lucrativos, a conta Capital deverá ser substituída por Patrimônio Social, assim como a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados será substituída por Superávit ou Déficit do Exercício.

Sobre a conta Superávit ou Déficit do Exercício substituir uma conta patrimonial - Lucros ou Prejuízos Acumulados, o item 10.19.2.7 da resolução determina que “[...] o valor do superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício, enquanto não aprovado pela assembléia dos associados; e, após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta Patrimônio Social.”

Com relação à utilização do Balanço Patrimonial com a formatação proposta pela Lei das Sociedades por Ações pelas organizações do terceiro setor, Martins (1990, p.136) manifesta-se favorável observando que “[...] tendo-se em vista a boa divisão existente na legislação atual, a familiaridade que já se tem com ela e sua própria utilidade para efeito de análise, sugerimos a manutenção da tradicional classificação da Lei das Sociedades por Ações.”

Um aspecto a ser ressaltado com relação ao Balanço Patrimonial diz respeito ao Patrimônio Líquido e seu significado, pois, enquanto nas empresas o valor deste grupo (em tese) deve representar o valor da empresa a seus proprietários em determinado momento, nas entidades do terceiro setor o patrimônio líquido “[...] deve representar a capacidade que a entidade tem de manter-se no mercado, oferecendo seus serviços à comunidade, com eficiência e qualidade sem, contudo, comprometer sua continuidade.” (OLAK; NASCIMENTO, 2000, p.5).

A Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) é a apresentação resumida das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período. Conforme a Lei nº 6.404/76, a demonstração é estruturada de maneira dedutiva, com os detalhes necessários de receitas, despesas, ganhos e perdas.

[...] o lucro ou prejuízo líquido apurado nessa demonstração é o que se pode chamar de lucro dos acionistas, pois, além dos itens normais, já se deduzem como despesas o Imposto de Renda e as participações sobre os lucros a outros que não os acionistas, de

forma que o lucro líquido demonstrado é o valor final a ser adicionado ao patrimônio líquido da empresa que, em última análise, pertence aos acionistas, ou é distribuído como dividendo. (IUDÍCIBUS et al., 2003, p.31).

Pela citação acima, é possível perceber que a DRE foi formulada eminentemente com o objetivo de divulgar informações sobre entidades do segundo setor, podendo não ser adequada para as instituições sem fins lucrativos.

A NBC T 10.18, em seu item 10.18.6.1, determina que, nas instituições do terceiro setor, a denominação Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deve ser substituída por Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, sendo necessários também a alteração dos termos lucro ou prejuízo por superávit ou déficit. Portanto, a demonstração possibilita a evidenciação das modificações ocorridas no Patrimônio Social durante o período.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) “[...] procura evidenciar as origens de recursos que ampliam a folga financeira de curto prazo (ou o capital circulante líquido, numa linguagem mais técnica) e as aplicações de recursos que consomem essa folga.” (IUDÍCIBUS et al., 2003, p.31).

O objetivo principal da DOAR é apresentar informações relativas às operações de financiamento (exemplo, obtenção de financiamentos de longo prazo) e de investimentos (exemplo, aquisição de itens do ativo imobilizado da empresa durante o exercício, mostrando as alterações na posição financeira da empresa). A única alteração prevista pelo CFC para a DOAR a ser utilizada pelas instituições sem fins lucrativos diz respeito à substituição do termo resultado pela expressão superávit ou déficit. É importante ressaltar que o resultado ajustado para eliminar os efeitos das operações não monetárias quando for positivo representa uma origem e quando negativo uma aplicação de capital circulante líquido.

As Notas Explicativas (NE) são utilizadas para auxiliar no esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício, devendo evidenciar os critérios de avaliação patrimonial, as práticas contábeis adotadas, ajustes referentes aos exercícios anteriores, reavaliações, detalhamento de dívidas de

longo prazo, eventos subseqüentes importantes após a data do balanço etc. (IUDÍCIBUS et al., 2003, p.32).

A NBC T 10.19 determina a inserção das seguintes informações das instituições sem fins lucrativos em notas explicativas:

- a) o resumo das principais práticas contábeis;
- b) os critérios de apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos;
- c) as contribuições previdenciárias, relacionadas com a atividade assistencial devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção, conforme normas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- e) os fundos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes desses fundos;
- f) evidenciação dos recursos sujeitos a restrições ou vinculações por parte do doador;
- g) eventos subseqüentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- i) informações sobre os tipos de seguros contratados;
- j) as entidades educacionais, além das notas explicativas, devem evidenciar a adequação das receitas com as despesas de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- k) as entidades beneficiadas com a isenção de tributos e contribuições devem evidenciar, em Notas Explicativas, suas receitas com e sem gratuidade, de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados.

Observa-se uma forte preocupação em evidenciar os recursos destinados à instituição pela sociedade na forma de gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos e benefícios fiscais.

3.3 A demonstração do resultado nas instituições sem fins lucrativos

O entendimento do significado de cada uma das demonstrações contábeis é importante para saber a natureza da informação apresentada para cada uma delas. Quando se deseja conhecer, especificamente, a formação do

resultado de uma entidade, a demonstração a ser utilizada, dentre aquelas de divulgação obrigatória, é a Demonstração de Resultados do Exercício.

A viabilidade da utilização dessa demonstração pelas instituições sem fins lucrativos apresenta importantes diferenças existentes entre as empresas e as instituições do terceiro setor:

O que difere essencialmente nos dois tipos de entidade é a execução orçamentária, pois aquelas sem fins lucrativos objetivam apenas obter recursos para alcançar seus fins sociais, limitando sua atividade econômico-financeira ao recebimento desses recursos e ao pagamento de despesas e compromissos, ao passo que as empresas exercem fundamentalmente uma atividade econômica de produzir (bens e serviços) sempre visando ao lucro. (ANDRADE, 1991, p. 310).

A Demonstração do Resultado do Exercício foi formulada com o intuito principal de gerar informações sobre a parcela do resultado pertencente aos acionistas, o que não vai ao encontro do objetivo principal de evidenciação nas instituições sem fins lucrativos, de tornar transparente aos usuários das informações contábeis a maneira como foram obtidos e utilizados os recursos colocados à disposição dos gestores da entidade para realização das atividades-fim em um determinado período.

Provavelmente, o problema constatado não seja decorrente da forma como a DRE é elaborada e sim da escolha incorreta, efetuada pelo legislador, da demonstração contábil a ser utilizada pelas instituições do terceiro setor.

É normal que, ao final de certo período de tempo, as atividades executadas por essas entidades apresentem um resultado (superávit ou déficit), contudo a principal preocupação deve estar voltada à forma de condução e aos resultados alcançados na sociedade pelas atividades desenvolvidas.

Análise de balanços

Segundo Assaf Neto (2002, p. 48):

[...] a análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Metodologia de análise

A análise de balanços não é somente desenvolvida por meio de aplicações de técnicas, mas também orientada, em grande parte, pela sensibilidade e experiência do analista.

Assaf Neto (2002, p.51) oferece uma forma de estabelecer uma rotina metodológica para a análise:

A. A EMPRESA E O MERCADO

Uma preocupação essencial do analista deve ser a de conhecer mais detalhadamente a empresa e seu mercado de atuação, de maneira a melhor avaliar as decisões financeiras (investimentos e financiamentos) tomadas.

A análise de balanços torna-se bem mais consistente quando interpretada dentro das características do setor de atividade da empresa.

B. RELATÓRIOS FINANCEIROS

Este item engloba todas as demonstrações contábeis elaboradas pela empresa, que servirão de fonte de informações para a análise econômico-financeira. É importante neste item avaliar-se os procedimentos contábeis padronizados para o setor, o plano de contas, o tratamento da inflação adotado nos demonstrativos etc.

C. ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

A aplicação dessas técnicas, tem por objetivo básico a avaliação dos demonstrativos contábeis pela evolução dos valores ao longo do tempo (análise horizontal), e pela participação relativa de cada valor em relação a um total (análise vertical).

D. ANÁLISE DE LIQUIDEZ

O estudo da liquidez visa conhecer a capacidade de pagamento da empresa, isto é, suas condições financeiras de cobrir no vencimento todos seus compromissos passivos assumidos. Revela, ainda, o equilíbrio financeiro e sua necessidade de investimentos em capital de giro.

E. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

Avalia basicamente a proporção de recursos próprios e de terceiros mantidos pela empresa, sua dependência financeira por dívidas de curto prazo, a natureza de suas exigibilidades e seu risco financeiro.

F. ANÁLISE DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE

É uma avaliação econômica do desempenho da empresa, dimensionando o retorno sobre os investimentos realizados e a lucratividade apresentada pelas vendas.

G. CONCLUSÕES

Apesar de cada item do esquema proposto de análise proporcionar

conclusões específicas, esta parte final deve se apresentar conclusiva, desenvolvendo sucintamente a efetiva situação econômico-financeira da empresa e suas perspectivas de desempenho.

Podemos definir a análise de balanços como a aplicação do raciocínio analítico dedutivo sobre os valores dos elementos patrimoniais e suas inter-relações, expressos nas demonstrações contábeis de uma entidade, com a finalidade de conseguir uma avaliação econômico-financeira da situação e do andamento das suas operações. O objetivo geral é obter elementos para o processo de avaliação da continuidade financeira e operacional da entidade analisada.

A análise de balanço ou análise financeira consiste em um processo meditativo sobre os números da entidade, para avaliação de sua situação econômica, financeira, operacional e de rentabilidade. Da avaliação obtida pelos números publicados, o analista financeiro extrairá elementos e fará julgamentos sobre o futuro da entidade objeto de análise. Portanto é parte conclusiva da análise de balanço, o julgamento do avaliador sobre a situação da empresa e suas possibilidades futuras.

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E SUA ANÁLISE ATRAVÉS DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A contabilidade é encarada na maioria das vezes somente como um instrumento necessário ao cumprimento das exigências legais e fiscais, desse modo, as demonstrações contábeis confeccionadas não refletem detalhadamente e de forma específica, como deveriam, a situação patrimonial e financeira da empresa atualizada. Essa falta de atenção dada à contabilidade reflete de forma negativa na tomada de decisões e prejudica uma análise profunda da situação patrimonial atual, já que as demonstrações são elaboradas em um momento estático e normalmente com um intervalo muito grande de tempo entre geração do fato e análise do mesmo nas demonstrações.

As entidades sem fins lucrativos, assim como ocorre nas pequenas e médias empresas do Brasil, usa-se pouco ou quase nenhum uso dos instrumentos contábil-financeiros, talvez por falta de informação do benefício que

proporciona uma análise de demonstrações que reflita a realidade das operações e da performance da empresa e até da concorrência, para o estabelecimento de estratégias, com vistas a maximização de resultados.

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

A finalidade do balanço é apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em um momento estático.

Em conformidade com o artigo 178 da Lei n.º 6.404/76, “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”.

O balanço compõe-se de três elementos básicos:

Ativo – é o conjunto de bens e direitos da empresa e compreende as aplicações de recursos (aquisição de ativo imobilizado; duplicatas a receber, etc);

Passivo - compreende as exigibilidades e as obrigações da empresa, tais como: Contas a Pagar; Salários a Pagar, etc.

Patrimônio Líquido – reflete o resultado das operações da empresa, ou seja, é a diferença líquida entre o Ativo e o Passivo da empresa.

ANÁLISE DE BALANÇOS E ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A Análise de Balanços tem como maior objetivo, extrair o máximo possível de informações, através da interpretação dos dados disponibilizados pelas demonstrações contábeis e financeiras, tratadas em conformidade com as premissas contábeis. A Análise de Balanços trata os dados transformando-os em informação consistente que sirva de base para a tomada de decisões.

Enquanto a contabilidade preocupa-se em captar, organizar, compilar e tratar dados que serão transformados em demonstrações contábeis, a Análise de Balanços a partir dessas demonstrações efetua a análise propriamente dita extraindo as informações possíveis e necessárias para avaliação de desempenho e perspectivas de futuro da empresa em questão, através da interpretação dos resultados evidenciado pela análise feita.

A Análise de Balanços deve desempenhar o papel de traduzir os dados contidos nas demonstrações financeiras, de forma que seu resultado seja inteligível para pessoas sem um conhecimento técnico muito profundo sobre as demonstrações que por apresentarem-se com muitos termos técnicos e dirigirem suas notas explicativas para analistas que conhecem profundamente a matéria, acabam gerando confusão e interpretação inadequada de seu conteúdo por parte dos leigos. Recomenda-se ainda, na medida do possível a utilização de gráficos auxiliares para simplificar as conclusões e facilitar a interpretação dos resultados obtidos na análise.

A Análise de Balanços baseia-se no raciocínio científico, onde são extraídos os índices das demonstrações financeiras, após esta etapa esses índices são comparados com os padrões estabelecidos para o segmento que se está analisando e de acordo com o momento econômico do mercado, gerando um diagnóstico que serve de base para a tomada de decisões.

A Análise Vertical e Horizontal

As Análises Verticais e Horizontais não tem a devida atenção por parte dos analistas, embora tenham a sua importância e utilidade ressaltadas em estudos feitos no que tange a insolvência de pequenas e médias empresas.

A Análise Vertical, além de ser importante para avaliação da estrutura da composição dos itens da demonstração financeira e de sua evolução no tempo, mostra a composição percentual e a participação de cada conta da demonstração em análise, em relação a um valor adotado como base (100%). Essa análise quando feita em períodos sucessivos pode fornecer base para projeção de uma demonstração de resultados.

A Análise Horizontal das contas das demonstrações financeiras evidencia as variações ocorridas nos itens monetários com relação a períodos anteriores ou subsequentes em determinado momento.

A Análise Horizontal enfatiza as modificações ou evoluções ocorridas em cada conta das demonstrações em relação a uma demonstração básica geralmente a mais antiga de forma a evidenciar as tendências existentes.

Análise através de índices Econômico-Financeiros

A análise de índices Econômico-Financeiros, que são calculados basicamente a partir das demonstrações financeiras é uma das principais ferramentas para avaliação do desempenho passado, presente e futuro de uma organização.

O Índice significa uma relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, com a intenção de demonstrar certo aspecto da situação financeira, econômica ou patrimonial de uma organização. A técnica mais empregada para análises é a utilização de índices, sendo que alguns deles criados no início da prática continuam sendo usados com resultados positivos apesar do aprimoramento contínuo da técnica e da evolução das necessidades de informação em termos de agilidade e consistência, para tomada de decisões.

A quantidade de índices a serem utilizados varia de situação para situação, de acordo com a necessidade das informações e com o objetivo a ser alcançado. Convém, no entanto que além de utilizar-se dos índices, o analista verifique outras variáveis que podem influenciar na performance da organização objeto da análise. Cada tipo de análise tem um propósito ou utilidade que irá determinar as diferentes relações a serem enfatizadas na análise.

A determinação dos índices se realiza através do quociente entre contas (parciais ou totais) do balanço patrimonial entre si, e entre contas do balanço patrimonial e contas de demonstração de resultados.

Além da necessidade de se comparar demonstrações financeiras correspondentes às mesmas datas, para que se evitem possíveis distorções, deve-se também enquadrar as contas do balanço patrimonial e do demonstrativo de resultados de uma forma padronizada que permita comparações, para que a análise através de índices seja possível.

A Análise das Demonstrações Financeiras pode ser subdividida em análise da situação financeira, que analisa a estrutura financeira e a liquidez da organização e análise da situação econômica, que verifica a lucratividade e a atividade (prazos médios).

A análise Horizontal e Vertical em Inflação

Assim como descreve Assaf (1998, p.112): [...] Quando analisamos as demonstrações contábeis de uma empresa, principalmente quando se relacionam dois ou mais exercícios, um problema surge naturalmente à vista do analista: os diferentes níveis de poder aquisitivo da moeda.

A comparação de valores em épocas distintas não oferece base confiável para a verificação do desempenho real ocorrido, dado que a instabilidade monetária depreciou o poder de compra da moeda, ocasionando, conseqüentemente, um incremento artificial (aparente) desses valores.

Descrição detalhada dos Índices Econômico-Financeiros

Índices de Estruturas de Capitais

Os índices de estruturas de capitais evidenciam as linhas de decisões financeiras no que tange a captação e aplicação de recursos.

1. Participação de Capitais de Terceiros:

Fórmula:

$\frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$

Sua fórmula é a divisão dos Capitais Próprios pelo Patrimônio Líquido, multiplicado por 100, e indica quanto a empresa tem de participação de capitais de terceiros para cada \$100 de capital próprio investido. Neste caso, quanto menor for o percentual de participação de capitais de terceiros, melhor a situação da empresa.

O índice de Participação de Capitais de Terceiros relaciona os Capitais Próprios aos Capitais de terceiros e indica o grau de risco ou de dependência a terceiros por parte da empresa e também é chamado de Grau de Endividamento.

Sob a ótica financeira, quanto maior a dependência de terceiros por parte da empresa, menor a liberdade sobre a tomada de decisões financeiras da mesma. Do ponto de vista de lucratividade, se a remuneração paga aos capitais de terceiros for menor que o lucro conseguido com sua aplicação nos negócios, é vantagem a empresa operar com esses recursos. Toda vez que se aborda o índice de Participação de Capitais de Terceiros a análise prende-se somente ao risco de insolvência e não ao resultado obtido pela empresa.

2. Composição do Endividamento:

Fórmula:

$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}} \times 100$
--

Sua fórmula é a divisão do Passivo Circulante pelos Capitais de Terceiros multiplicado por 100 e indica qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, sendo que quanto menor esse índice melhor a situação da empresa, pois significa que o montante das obrigações vencíveis a curto prazo não representam um desembolso muito alto de imediato.

3. Imobilização do Patrimônio Líquido:

Fórmula:

$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$
--

A fórmula de cálculo para esse índice é a seguinte; o Ativo Permanente dividido pelo Patrimônio Líquido multiplicado por 100 e significa quanto a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada \$100 de Patrimônio Líquido. Quanto menor esse índice, melhor, porque indica que a empresa tem um Patrimônio Líquido maior que o Ativo Permanente.

O percentual restante refere-se ao montante do Patrimônio Líquido aplicado no Ativo Circulante e denomina-se de Capital Circulante Próprio.

Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante, e maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante.

4. Imobilização dos Recursos não Correntes:

Fórmula:

$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível à Longo Prazo}} \times 100$
--

A fórmula deste índice é; Ativo Permanente dividido pelo Patrimônio Líquido mais o Exigível à Longo Prazo multiplicado por 100 e o seu resultado indica que percentual de Recursos Não Correntes a empresa aplicou no Ativo Permanente e quanto menor esse índice melhor a situação da empresa.

Como os elementos do Ativo Permanente têm uma vida útil variável, não existe a necessidade de se financiar todo o imobilizado com recursos próprios. Pode-se utilizar recursos de longo prazo desde que o prazo seja suficiente para a empresa gerar recursos para resgate das dívidas de longo prazo.

Deve existir sempre um pequeno excesso de Recursos Não Correntes, em relação às imobilizações, destinado ao Ativo Circulante que se denomina de Capital Circulante Líquido.

O Capital Circulante Líquido representa os financiamentos que a organização dispõe para o seu giro e que não serão cobrados a curto prazo.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os índices componentes desse grupo evidenciam a base da situação financeira da empresa. Esses índices confrontam os Ativos Circulantes com as Dívidas,

procurando medir a solidez da base financeira da organização. Se os índices de liquidez da empresa forem bons, significa que a mesma tem boa capacidade de quitar suas dívidas.

1. Liquidez Geral:

Fórmula:
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Na liquidez geral a comparação é feita através da divisão do Ativo Circulante mais o Realizável à Longo Prazo, pela soma do Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo. O resultado indica quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável à Longo Prazo para cada \$1,00 de dívida total, e quanto maior for, melhor o desempenho da empresa.

O índice de liquidez geral é quase sempre inferior ao de liquidez corrente, em decorrência de que normalmente as exigibilidades a longo prazo, principalmente as de financiamento, são sempre superiores aos valores realizáveis a longo prazo.

Este índice, quando positivo, mesmo em situação de simples equilíbrio (\$1,00 disponível para cada \$1,00 de dívida), não sugere problemas financeiros, desde que os quocientes de liquidez seca e liquidez corrente sejam normais e haja razoável rentabilidade. Quando isso acontece, significa que a empresa obteve empréstimo à longo prazo e até que se vença essa dívida, ela terá provavelmente condições de quitá-la normalmente sem ter de sacrificar o meio circulante.

Quando a liquidez geral é deficitária, denunciada por quociente menor que \$1,00, mas sendo normal a liquidez de curto prazo, deve-se pesquisar a capacidade de pagamento futura da empresa, pois a capacidade atual mede-se pelos índices de liquidez seca e corrente. Essa capacidade futura de pagamento deve ser entendida como a possibilidade que a empresa tem ou venha a ter de gerar novos recursos através de lucros operacionais. Desta forma fica claro que obtendo-se lucros condizentes e capitalizando-os a empresa cria capacidade de pagamento para as dívidas de longo prazo.

A boa rentabilidade da empresa sempre influi de forma positiva na interpretação dos índices de liquidez, principalmente na análise de longo prazo.

2. Liquidez Corrente:

Fórmula:
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Este índice refere-se a liquidez de curto prazo e determina-se através da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, tendo como objetivo indicar quanto a empresa possui no Ativo Circulante para cada \$1,00 de obrigação no Passivo Circulante. Quanto maior, melhor a situação da empresa.

A irregularidade na rotação de créditos e estoques de forma significativa pode influenciar a interpretação dos índices de liquidez. Quando a movimentação de estoques e de créditos ocorre de forma normal, podemos interpretar a graduação do índice de liquidez corrente, à grosso modo, da seguinte maneira:

- Quando a proporção é de \$1,80 a \$2,00 para cada \$1,00 de dívida, a empresa está numa situação financeira de absoluta folga.
- Quando a empresa possui \$1,60 a \$1,70 para cada \$1,00 que ela deve, a situação financeira é de folga ou relativa folga.
- Quando a empresa tem \$1,40 a \$1,50 e deve \$1,00, ela está com um bom equilíbrio financeiro, mas não tem uma situação de folga.
- Quando a empresa deve \$1,00 e possui \$1,20 a \$1,30 para quitar a dívida, sua situação é ainda de equilíbrio, mas já denota aperto financeiro.
- Quando a empresa possui \$1,00 a \$1,10 para cada \$1,00 de dívida, ela está em situação de equilíbrio, mas indicando grande aperto financeiro.
- Quando a empresa deve \$1,00 e tem menos de \$1,00, ela apresenta uma situação de extremo aperto financeiro ou conforme o caso de total insolvência.

Lembramos que a situação da empresa não deve ser analisada apenas sob a ótica de um índice, mas de um conjunto de variáveis para que a conclusão seja a mais real possível.

Pode-se concluir ainda que quando a liquidez corrente é maior que \$1,00, o excesso é considerado Capital Circulante Líquido, que se caracteriza pela diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

3. Liquidez Seca:

Fórmula:

$\frac{\text{Ativo Líquido}}{\text{Passivo Circulante}}$
--

Determina-se este índice pela divisão do ativo circulante menos o estoque, pelo passivo circulante e mede a capacidade de pagamento a curto prazo da empresa, sem contar com a venda do estoque atual. Ele visa medir o grau de excelência da situação financeira da organização. As conclusões do índice de liquidez seca não são precisas, por isso ele é utilizado como um índice complementar na análise, dependendo muito da habilidade do analista na sua interpretação.

Basicamente podemos elencar três situações de risco a que a empresa está exposta e de onde provém a idéia desse índice:

- Risco de desfalque de dinheiro do caixa ou de desvio de numerários da conta bancária.
- Possibilidade de inadimplência do cliente.
- Risco de encalhe, de roubo, de deterioração dos estoques, o que dificultaria sua conversão em dinheiro para pagamento das dívidas contraídas.

ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Os índices de rentabilidade, sob a ótica dos sócios, são os mais importantes, em virtude de que eles proporcionam a verificação da remuneração do capital investido e conseqüentemente qual o grau de êxito econômico na gestão dos negócios. Para os credores estes índices indicam qual a capacidade de pagamento das dívidas assumidas por parte da empresa.

1. Giro do Ativo:

Fórmula:

$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$

Este índice de rentabilidade é obtido pela divisão das vendas líquidas pelo ativo e significa quanto a empresa vendeu para cada \$1,00 investido. Sabendo-se que o sucesso de uma empresa depende primeiramente do volume de vendas efetuado, podemos dizer que quanto maior o resultado, melhor o desempenho da organização.

A variação no desempenho de uma empresa no que tange a rentabilidade pode ser decorrente de algumas variáveis, tais como:

- Estratégia da empresa: para compensar queda no volume de vendas, a empresa aumenta os preços, procurando aumentar a margem de lucro.

- Perda de participação no mercado: pode ser em decorrência do exposto no item anterior ou ainda de maior competitividade dos concorrentes.
- Retração do mercado: diminuição da demanda, em virtude de política econômica governamental, diminuição de poder aquisitivo dos clientes.

1. Margem Líquida:

Fórmula:

$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$
--

Este índice é obtido através da divisão do Lucro Líquido pelas Vendas Líquidas multiplicados por 100 e significa quanto a empresa obtém de lucro para cada \$100 vendidos. Neste caso, quanto maior for o resultado, melhor a situação da empresa.

Não se pode predeterminar um índice ideal para o cálculo da margem líquida, a não ser que se compare empresas do mesmo ramo de negócio ou de mesmo porte que tenham recursos financeiros semelhantes.

Apesar das limitações de interpretação que se tem quanto aos índices de margem líquida, convém que os mesmos sejam consignados com os demais itens básicos, por que no mínimo alertam para a eventual necessidade de um exame mais detalhado.

2. Rentabilidade do Ativo:

Fórmula:

$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$
--

Obtém-se o índice de Rentabilidade do Ativo através da divisão do Lucro Líquido pelo Ativo multiplicado por 100, indicando quanto a empresa obtém de lucro para cada \$100 de investimento total, sendo considerado melhor quando for maior.

Este índice evidencia qual foi o Lucro Líquido em relação ao Ativo. É uma forma que mostra a capacidade da empresa em gerar lucro líquido, com conseqüente capitalização, além de ser uma medida comparativa do desempenho ano a ano da organização.

3. Rentabilidade do Patrimônio Líquido:

Fórmula:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

Este índice é obtido através da divisão do Lucro Líquido pelo Patrimônio Líquido Médio (Patrimônio Líquido Inicial mais Patrimônio Líquido Final dividido por dois), multiplicado por 100 e significa quanto à organização obteve de lucro para cada \$100 de Capital Próprio investido. Quanto maior o resultado, melhor a situação da empresa.

A finalidade do índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do Capital Próprio. Comparando-se essa taxa com os rendimentos de investimentos alternativos, pode-se avaliar se o retorno do capital está superior ou inferior ao do mercado financeiro.

ÍNDICES COMPLEMENTARES

Os índices complementares proporcionam uma análise dos prazos médios, a partir de dados extraídos das demonstrações financeiras. Existem basicamente três índices complementares que evidenciam o prazo médio; Prazo Médio de Recebimento de Vendas, Prazo Médio de Renovação de Estoque e Prazo Médio de Pagamento de Compras.

Em razão das características da instituição analisada, os índices complementares não foram objetos de estudo nesta pesquisa.

7 ANÁLISE DOS DADOS RECLASSIFICAÇÃO BP E DRE

TABELA 1 - Ativo Reclassificado

01 - Ativo Reestruturado			
Descrição da Conta	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
Ativo Total	1.900.934	1.795.350	1.913.168
Ativo Circulante	1.363.348	1.203.976	1.258.051
Disponibilidades	1.163.439	733.158	1.768.289
Realizável a Curto Prazo	26.685	205.538	74.429
Estoques	173.224	233.110	361.106
Outros	0	32.170	-945.773
Ativo Não Circulante	0	0	0
Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0
Créditos Diversos	0	0	0
Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
Outros	0	0	0
Ativo Permanente	537.587	591.374	655.117
Investimentos	89.900	89.900	89.900
Imobilizado	447.687	501.474	565.217

TABELA 2 - Passivo Reclassificado

02 - Passivo Reestruturado			
Descrição da Conta	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
Passivo Total	1.900.934	1.795.350	1.913.168
Passivo Circulante	119.046	108.205	109.469
Empréstimos e Financiamentos			
Debêntures			
Fornecedores	2.813	8.436	8.890
Impostos, Taxas e Contribuições	10.415	9.326	92.434
Dividendos a Pagar			
Obrigações trabalhistas	23.268	7.892	8.145
Outros	82.550	82.550	0
Passivo Não Circulante	576.782	207.324	294.698
Empréstimos e Financiamentos	369	0	0
Debêntures			
Provisões	576.413	207.324	294.698
Dívidas com Pessoas Ligadas			
Outros			
Patrimônio Líquido	1.205.107	1.479.821	1.509.001
Capital Social Realizado	510.932	510.932	510.932
Reservas de Lucro	180.000	450.000	450.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial	514.175	518.889	548.069

TABELA 3 - DRE Reclassificado

03 - Demonstração do Resultado Reclassificado			
Descrição da Conta	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.435.822	1.648.553	2.101.268
Deduções da Receita Bruta	-343.331	-373.493	-420.237
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.092.491	1.275.061	1.681.031
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-168.503	-173.410	-421.707
Resultado Bruto	1.923.988	1.101.651	1.259.324
Despesas/Receitas Operacionais	-1.717.165	-826.963	-1.230.144
Despesas com vendas, gerais e administrativas	-1.649.942	-783.321	-805.755
Despesas Tributárias	0	-99.114	-103.258
Despesas financeiras	-12.210	-8.317	-7.640
Receitas financeiras	90.375	79.310	78.985
Outras Receitas Operacionais	-183.496	-376.910	-440.331
Outras Despesas Operacionais	38.108	361.389	47.855
Resultado Operacional	206.823	274.688	29.180
Resultado Não Operacional	0	0	0
Resultado Antes Tributação/Participações	206.823	274.688	29.180
Provisão para IR e Contribuição Social	0	-270.000	0
Superávit/Déficit do exercício	206.823	4.688	29.180

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA PELO IGP-M FGV

TABELA 4 – IGPM - FGV

Mês/ano	Índice do mês (em %)	(em %) Índice acumulado no ano (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
dez/10	0,69	11,322	1.083,62
dez/09	-0,26	-1,7123	973,4128
dez/08	-0,13	9,8054	990,3707
dez/07	1,76	7,7463	901,9323
dez/06	0,32	3,8476	837,0891
dez/05	-0,01	1,2008	806,0744

Fonte: <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>

TABELA 5 - MEMÓRIA DE CÁLCULO

IGP-M - ANO	memória de cálculo	índice
2006	990,3707/837,0891	1,18311
2007	990,3707/901,9323	1,09805
2008	990,3707/990,3707	1,00000

RECLASSIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO BP E DRE PELO IGP-M FGV

TABELA 6 - Ativo Reclassificado e Atualização pelo IGP-M FGV

01 - Ativo Reclassificado e Atualização pelo IGP-M FGV		Índice		Índice	
Descrição da Conta	31/12/2006	1,18311	31/12/2007	1,09805	31/12/2008
Ativo Total	1.900.934	2.249.019	1.795.350	1.971.392	1.913.168
Ativo Circulante	1.363.348	1.612.994	1.203.976	1.322.031	1.258.051
Disponibilidades	1.163.439	1.376.479	733.158	805.047	1.768.289
Realizável a Curto Prazo	26.685	31.571	205.538	225.692	74.429
Estoques	173.224	204.943	233.110	255.967	361.106
Outros	0	0	32.170	35.325	-945.773
Ativo Não Circulante	0	0	0	0	0
Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0	0	0
Créditos Diversos	0	0	0	0	0
Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Ativo Permanente	537.587	636.026	591.374	649.360	655.117
Investimentos	89.900	106.362	89.900	98.715	89.900
Imobilizado	447.687	529.664	501.474	550.645	565.217

TABELA 7 - Passivo Reclassificado e Atualização pelo IGP-M FGV

02 - Passivo Reclassificado e Atualização pelo IGP-M FGV					
Descrição da Conta	31/12/2006	1,18311	31/12/2007	1,09805	31/12/2008
Passivo Total	1.900.934	2.249.019	1.795.350	1.971.392	1.913.168
Passivo Circulante	119.046	140.845	108.205	118.814	109.469
Fornecedores	2.813	3.329	8.436	9.264	8.890
Impostos, Taxas e Contribuições	10.415	12.322	9.326	10.241	92.434
Dividendos a Pagar		0		0	
Obrigações trabalhistas	23.268	27.529	7.892	8.666	8.145
Outros	82.550	97.666	82.550	90.644	0
Passivo Não Circulante	576.782	682.398	207.324	227.653	294.698
Empréstimos e Financiamentos	369	436	0	0	0
Debêntures		0		0	
Provisões	576.413	681.962	207.324	227.653	294.698
Dívidas com Pessoas Ligadas		0		0	
Outros		0		0	
Patrimônio Líquido	1.205.107	1.425.777	1.479.821	1.624.924	1.509.001
Capital Social Realizado	510.932	604.490	510.932	561.031	510.932
Reservas de Lucro	180.000	212.960	450.000	494.124	450.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial	514.175	608.327	518.889	569.769	548.069

TABELA 8 - Demonstração do Resultado Reclassificado e Atualização pelo IGP-M FGV

03 - Demonstração do Resultado Reclassificado e Atualização pelo IGP-M FGV					
Descrição da Conta	31/12/2006	1,18311	31/12/2007	1,09805	31/12/2008
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.435.822	2.881.851	1.648.553	1.810.201	2.101.268
Deduções da Receita Bruta	-343.331	-406.199	-373.493	-410.115	-420.237
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.092.491	2.475.652	1.275.061	1.400.086	1.681.031
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-168.503	-199.358	-173.410	-190.414	-421.707
Resultado Bruto	1.923.988	2.276.294	1.101.651	1.209.672	1.259.324
Despesas/Receitas Operacionais	-1.717.165	-2.031.600	-826.963	-908.050	-1.230.144
Despesas com vendas, gerais e administrativas	-1.649.942	-1.952.067	-783.321	-860.129	-805.755
Despesas Tributárias	0	0	-99.114	-108.833	-103.258
Despesas financeiras	-12.210	-14.446	-8.317	-9.133	-7.640
Receitas financeiras	90.375	106.924	79.310	87.086	78.985
Outras Receitas Operacionais	-183.496	-217.096	-376.910	-413.868	-440.331
Outras Despesas Operacionais	38.108	45.086	361.389	396.825	47.855
Resultado Operacional	206.823	244.695	274.688	301.622	29.180
Resultado Não Operacional	0	0	0	0	0
Resultado Antes Tributação/Participações	206.823	244.695	274.688	301.622	29.180
Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	-270.000	-296.475	0
Superávit/Déficit do exercício	206.823	244.695	4.688	5.147	29.180

TABELA 11 - Demonstração do Resultado Reclassificado e Atualização pelo IGP-M FGV - ANÁLISE VXH

03 - Demonstração do Resultado Reclassificado e Atualização pelo IGP-M FGV - ANÁLISE VXH									
Descrição da Conta	31/12/2006	A.V.	A.H.	31/12/2007	A.V.	A.H.	31/12/2008	A.V.	A.H.
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.881.851		100%	1.810.201		62,81%	2.101.268		72,91%
Deduções da Receita Bruta	-406.199		100%	-410.115		100,96%	-420.237		103,46%
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.475.652	100,00%	100%	1.400.086	100,00%	56,55%	1.681.031	100,00%	67,90%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-199.358	-8,05%	100%	-190.414	-13,60%	95,51%	-421.707	-25,09%	211,53%
Resultado Bruto	2.276.294	91,95%	100%	1.209.672	86,40%	53,14%	1.259.324	74,91%	55,32%
Despesas/Receitas Operacionais	-2.031.600	-82,06%	100%	-908.050	-64,86%	44,70%	-1.230.144	-73,18%	60,55%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	-1.952.067	-78,85%	100%	-860.129	-61,43%	44,06%	-805.755	-47,93%	41,28%
Despesas Tributárias	0	0,00%	100%	-108.833	-7,77%	100,00%	-103.258	-6,14%	100,00%
Despesas financeiras	-14.446	-0,58%	100%	-9.133	-0,65%	63,22%	-7.640	-0,45%	52,89%
Receitas financeiras	106.924	4,32%	100%	87.086	6,22%	81,45%	78.985	4,70%	73,87%
Outras Receitas Operacionais	-217.096	-8,77%	100%	-413.868	-29,56%	190,64%	-440.331	-26,19%	202,83%
Outras Despesas Operacionais	45.086	1,82%	100%	396.825	28,34%	880,16%	47.855	2,85%	106,14%
Resultado Operacional	244.695	9,88%	100%	301.622	21,54%	123,26%	29.180	1,74%	11,93%
Resultado Não Operacional	0	0,00%	100%	0	0,00%	100,00%	0	0,00%	100,00%
Resultado Antes Tributação/Participações	244.695	9,88%	100%	301.622	21,54%	123,26%	29.180	1,74%	11,93%
Provisão para IR e Contribuição Social	0	0,00%	100%	-296.475	-21,18%	100,00%	0	0,00%	100,00%
Superávit/Déficit do exercício	244.695	9,88%	100%	5.147	0,37%	2,10%	29.180	1,74%	11,93%

TABELA 12 - Índices da empresa União dos Escoteiros do Brasil

GRUPO		DENOMINAÇÃO	FÓRMULAS	2006	2007	2008
ANALISE	FINANCEIRA	LIQUIDEZ IMEDIATA	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	9,77	6,78	16,15
		LIQUIDEZ SECA	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$	10,00	8,97	8,19
		LIQUIDEZ CORRENTE	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	11,45	11,13	11,49
		LIQUIDEZ GERAL	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a LP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a LP}}$	11,45	11,13	11,49
ANALISE	ESTRUTURAL	PART. DO CAPITAL TERCEIRO	$\frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	157,74%	121,32%	121,32%
		EXIGIBILIDADES	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Total}}$	6,26%	6,03%	6,03%
		CAPITAIS PROPRIOS	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	44,61%	39,96%	43,41%
		Capitalização	$\frac{\text{Capital Operacional Médio}}{\text{Ativo Médio}}$		81,86%	63,66%
ANALISE	ECONOMICA	MARGEM LIQUIDA	$\frac{\text{Superavit}}{\text{Receitas}}$	11	25	2
		RENTABILIDADE DO ATIVO	$\frac{\text{Superavit}}{\text{Ativo Médio}}$		15	2
		RENTABILIDADE DO PL	$\frac{\text{Superavit}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$		20	2
		PRODUTIVIDADE	$\frac{\text{Receitas}}{\text{Ativo Médio}}$		0,60	0,68

COMENTÁRIOS DA ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL

Quando se analisam demonstrações contábeis de uma empresa, principalmente, quando se relacionam dois ou mais exercícios será necessário a correção monetária, tendo em vista, os diferentes níveis de poder aquisitivo da moeda.

A comparação de valores em épocas distintas não oferece base confiável para verificação do desempenho real ocorrido, dado que a instabilidade monetária depreciou o poder de compra da moeda, ocasionando, conseqüentemente um incremento artificial (aparente) desses valores.

As diferenças registradas nas análises horizontais e verticais costumam ser relevantes, apuradas em valores históricos e quando plenamente corrigidas de um único momento.

Dessa maneira, as análises foram feitas com base nas Demonstrações contábeis, corrigidos em moedas constantes pela taxa do IGPM – FGV

Tomando como base o ano de 2008, sendo o último ano das demonstrações contábeis da empresa, a correção da taxa de inflação nesse período foi de 9,80% em 2008, contra 7,74 para 2007, tendo uma diferença de 2,06 pontos só neste ano. Considerando-se ainda o ano de 2006, que foi de 3,84, com relação ao ano de 2008, a diferença é ainda maior, de 5,96 pontos percentuais.

Pode se verificar, por exemplo, no ativo total de 2006, no valor de R\$ 1.900.934, um acréscimo de R\$ 348.085, sendo uma diferença muito relevante, considerando que se trata de perdas de poder aquisitivo e a dificuldade que as entidades do terceiro setor possuem em conseguir recursos para suas ações.

Desta forma, foram R\$ 249.646,00 que se deixou de existir no ativo circulante.

Diante do fato constatado, considera-se de extrema importância a correção monetária para fins de análise, assim, os impactos das variações ficam diminuídos, havendo somente a variação em causas explicáveis pela diferença de desempenho ocorrida.

Considerando-se que a análise horizontal é uma comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais, pode se verificar, conforme tabela 11, DRE, que a Receita líquida de vendas ou de serviços diminuíram em 2007, com base no ano de 2006, em 43,45 %, ou seja, bem próximo a metade dos recursos alcançados no ano anterior.

Já no ano de 2008, houve acréscimo de 11,35% com relação à 2007, mas ainda menor em 32,10, com relação ao ano base de 2006.

A maior relevância é considerar, como foram os resultados finais, superávits ou déficits?

O ano de 2006 pode ser considerado um bom ano para o desempenho, visto que teve um superávit de R\$ 244.695,00, de certa forma reflete a capacidade da instituição de conseguir recursos elevados, mas, muitas vezes precisa-se ser mais bem avaliada quanto às causas em que fizeram obter ou estar com alto valor disponível.

A entidade considerada promove diversos eventos internos, anuais e diversos durante o ano, às vezes, ocorrem eventos que serão realizados nos anos seguintes, mas, que para fins contábeis deverão ser lançados em contas diferidas e lançadas como resultados no ano de sua ocorrência.

O ano de 2007, não pode ser considerado um ano de pior desempenho visto, que ainda conseguiu obter superávit, porém, foi bem inferior ao de 2006, comparativamente em 97,9 % a menor, assim como também em 2008, diminuiu em 88,07, com relação a 2006.

Quanto a evolução dos ativos e passivos, o resultado desta avaliação pode-se observar neste momento que o passivo circulante teve um decréscimo de 15,64% em relação ao ano de 2006 e em 2007 continuou a diminuir em 22,28%.

No entanto, a conta fornecedores cresceu em 78% e 67% respectivamente, tendo como explicação, a destinação de recursos para abastecimento de estoque na loja escoteira, quando foi iniciado um projeto de centralização a nível nacional para fornecer equipamentos e materiais para as atividades escoteiras.

Um fato observado é de que a instituição não realiza empréstimos para

financiamento de suas atividades e os exigíveis a longo prazo não existem.

A explicação é de que existe certo receio ou prudência na administração dos recursos, sendo planejados totalmente para uso naquele ano ou no máximo de um ano para o outro, mas, todos os recursos são mantidos aplicados até a realização do evento.

As obrigações trabalhistas foi um dos itens que colaborou para a diminuição dos percentuais do ano de 2006 para 2008, medidos de 1,22% contra 0,43%, ou seja, uma diferença de 0,79 pontos.

Fica caracterizado que o ano de 2006 foi um ano de muitos eventos, onde houve a contratação de prestadores de serviços e funcionários ao quadro da entidade, também refletidos pelo item Impostos.

Especificamente o item impostos, no ano de 2008, houve um acréscimo exorbitante de 650,17 pontos percentuais, explicada por uma reorganização estrutural, onde em épocas anteriores, exigiu-se que todos os seus agregados, grupos, regiões tivessem CNPJ ou tinham livre autonomia para abrir CNPJ a fim de conquistar recursos, no entanto, tamanho despreparo, fez com que alguns grupos e outros deixassem de recolher impostos e obrigações trabalhistas, neste período, então, foi baixado diversos CNPJ, assumido alguns passivos, que refletiu nos impostos para a regularização e obtenção de certidões.

O ativo permanente configura-se basicamente em investimentos e imobilizado, e nota-se que ao longo dos períodos considerados, sempre se mantiveram constante, ou seja, não houve tamanha evolução que valesse a pena os comentários, o nível de investimentos sempre estiveram sob a taxa de aproximadamente 5% do total de recursos.

Quanto a evolução da estrutura de capital, a entidade, neste sentido pode-se considerar equilibrada, diante das dificuldades que se apresenta, procura manter os pagamentos em dia, com pagamentos a vistas, baixo financiamento de recursos financeiros ou de terceiros, mesmo ao longo do período, é observado que existe o planejamentos nas receitas e nas despesas, as variações ocorridas são esperadas e não comprometem o resultado final.

Quando há superávit, a entidade é obrigada, por seu estatuto e pelas lei que regem uma entidade do terceiro setor a aplicar em suas atividades

integralmente os recursos que não foram utilizados.

Um fato relevante e positivo é quanto ao Resultado Operacional, observado pelas demonstrações de resultados, comparativas de 2006 a 2008, são de que no ano de 2007, o resultado obteve 23,26% de aumento, considerando que não foi o ano de maior receita, mas o de melhor distribuição dos recursos.

A característica desse tipo de instituição é dificulta muito a análise, visto que não se traduz um melhor resultado exclusivamente pelo desempenho de uma melhor gestão administrativa, mas sim, refletido por uma condição melhor na economia do país, onde havia uma maior disposição das pessoas a entrar no movimento escoteiro, isto, sem esforços internos, ou seja, causas externas.

A análise vertical, é também um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor relacionável identificado no mesmo demonstrativo.

Dessa forma, dispondo-se dos valores absolutos em forma vertical, pode se apurar a participação relativa de cada item do ativo, no passivo e nas demonstrações de resultados e sua evolução no período considerado.

Assim como se observou na análise horizontal, na análise vertical, tende-se a complementar as ocorrências já relatadas, neste caso, pode se observar quanto a distribuição dos recursos das nas contas do ativo, sendo que no ano de 2006, havia 71,72% dos recursos no ativo circulante e nada para ativo não circulante, e 28,28% no ativo permanente, respectivamente no ano de 2007, 67,06% no ativo circulante e 32,94% no ativo permanente e no ano de 2008, 65,76% no ativo circulante e 34,24% no ativo permanente, a conclusão é de que há uma forma bem distribuída e praticamente constante de destino dos recursos, embora de um ano para o outro houve a variação de disponibilidades, de fornecedores, elas estão bem definidas, o que traduz uma boa administração da entidade.

O passivo circulante possui uma média aproximadamente 6% de recursos destinados, assim como na análise horizontal, pode se observar a destinação de 4,83% em impostos e taxa, ou seja, enquanto em 2006 foi destinado R\$ 12.322 em 2008, foram R\$ 92.434,00.

Como passivo não circulante, entram os recursos aplicados em eventos, as provisões de despesas já planejadas para a execução, uma destinação média de

35% no período considerado.

Pelo demonstrativo de resultados, na análise vertical, novamente pode ser observado que o resultado operacional de 2007 foi bem superior em relação a 2006 e 2008, em 21,54% dos recursos disponíveis de receitas.

Apesar de se ter chegado a conclusões semelhantes com os resultados das análises horizontal e vertical, é importante que se acrescente que uma não exclui a outra mas complementa, a fim de melhor identificar as várias mutações ocorridas nos elementos do balanço patrimonial e demonstrativos de resultados.

ANÁLISE ATRAVÉS DOS ÍNDICES

Analisando os três anos em questão percebe-se que ocorreram sensíveis oscilações no que diz respeito à liquidez imediata, ou seja, as disponibilidades registraram diminuição em 2007, porém, aumento em 2008, o que significa dizer que para cada R\$ 1,00 de obrigações, a entidade dispunha de R\$ 9,77 em 2006, R\$ 6,78, em 2007 e R\$ 16,15 em 2008.

A liquidez seca mostra quanto a entidade dispõe de recursos para fazer frente às obrigações vencíveis em 360 dias sem a necessidade de realização de estoques, o que não é exclusivamente o caso pela característica da entidade.

Este índice apresentou decréscimo no período considerado, sendo 10 para 2006, 8,97, em 2007 e 8,19 em 2008, no entanto, em nada a redução não afetou o desempenho, ou seja, para cada R\$ 1,00 do ativo circulante existiu R\$ 10,00 do passivo circulante, em 2006, não sendo necessário o acréscimo em estoques.

A Liquidez corrente e liquidez geral, manteve se constante no período considerado, o que significa dizer que a entidade está satisfazendo suas obrigações a curto prazo, num nível considerado bom.

A análise estrutural é composta de participação de capitais de terceiros, exigibilidades, capitais próprios e capitalização.

Considerando os três anos em análise percebe-se mínima participação de capital de terceiros, visto que pela suas características, os recursos ao conseguidos internamente, o que este índice não é bem traduzido para o tipo de entidade considerada. Para cada R\$ 1,00 de capital próprio a instituição

emprestou R\$ 1,57 em 2006, R\$ 1,21 em 2007 e R\$ 1,21 em 2008, o que não corresponde a realidade, se considerar que os recursos próprios são somente recebidos de seus associados.

No que diz respeito as Exigibilidades, ela é uniforme nos três anos analisados, indicando que o endividamento é de curto prazo, o que pode causar problemas financeiros caso não haja caixa suficiente para cumprir a suas obrigações. Traduzindo este índice também como parte da característica da entidade em manter todas as receitas e despesas dentro do período de um ano.

A capitalização, no período considerado, apresentou acréscimo de 81% em 2007 e diminuiu em 2008, em razão de menor volume de capitais disponíveis, mas, de acordo com a análise horizontal, mantiveram-se dentro de 5% em média os investimentos totais.

Pela análise Econômica, o resultado obtido através do índice de margem líquida mostra que a entidade obteve eficiência na aplicação dos recursos em 25%, com relação a 2006, de 11% e somente 2% em 2008. A explicação pode estar no decréscimo das despesas operacionais.

Um dos indicadores mais importantes na análise econômica é a rentabilidade do ativo, que demonstra quanto a entidade possui de superávit para cada R\$ 100 de recursos aplicados. No ano de 2007, a entidade obteve o índice de 15, ou seja, para cada R\$ 100,00 a entidade conseguiu R\$ 15,00 de rentabilidade como superávit.

Já na rentabilidade sobre o patrimônio líquido, a entidade conquistou R\$ 20,00 para cada R\$ 100,00 aplicado.

O índice de produtividade, traduz o quanto a entidade vendeu em eventos, loja escoteira e outras operações, ou seja, ela obteve 0,6 em 2006 e 0,68 em 2008, para cada 1 ponto de produção.

4 CONCLUSÕES

Nos dias atuais, é de extrema importância que as empresas, entidades com ou sem fins lucrativos controlem seus resultados financeiros, visando a sustentabilidade e continuidade futura. Faz-se necessário um controle contábil e financeiro, para não haver desvios de qualquer natureza.

O objetivo deste estudo foi o de demonstrar como era o comportamento de uma entidade do terceiro setor e o que ficou evidenciado é de que necessita-se de no mínimo planejamento das atividades, da aplicação dos recursos e a análise econômica financeira traduz o comportamento ao longo dos anos, podendo-se fazer a correção das metas e objetivos da entidade antecipadamente.

Os principais instrumentos contábeis de análise como visto, são o balanço patrimonial e os demonstrativos de recursos aplicados.

Faz-se necessário a qualificação das pessoas envolvidas no processo de gestão, em virtude, de que os resultados precisam ser interpretados de maneira correta.

O trabalho desta análise possibilitou a visualização dos resultados da entidade, que possui já quase 100 anos de existência e precisa-se manter firme frente aos seus concorrentes.

Merecem atenção as fontes de recurso para a sustentabilidade que ainda são fracas e que não atraem mais pessoas para participação do movimento.

Precisa da existência motivos agregados que levem ao objetivo principal, que é a difusão das idéias do fundador.

Tendo em vista que a característica das entidades do terceiro setor, é representar o governo suprimindo a sua falta perante a sociedade, a União dos Escoteiros, diante dos resultados apresentados, tem-se mostrado eficiente na distribuição de capitais aplicados e de um certo equilíbrio ao longo dos anos, além do mais, pelas análises visuais de outros balanços da entidade, nota-se que existe uma constante nos resultados, traduzido pelo planejamento através de orçamentos anuais prevendo cada ação a ser realizada e economicamente controlado pelos gestores.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Cássia Vanessa Olak; SOUZA, Manuela Santin de; SLOMSKI, Valmor. A Mensuração do Resultado Econômico em Entidades do Terceiro Setor: o Caso do Grupo Primavera. In: XXIX ENANPAD, 2005, Brasília/DF. Anais do XXIX EnAnpad, CD, 2005.

BETTIOL JÚNIOR, Alcides. Formação e destinação do resultado em entidades do terceiro setor: um estudo de caso. São Paulo, 2005. 116p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

CAMPOS, Gabriel Moreira. A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor: o caso da Fundação Otacílio Coser. São Paulo, 2003. 162p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

FALCONER, Andres Pablo. A promessa do terceiro setor. Um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo, 1999. 152p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. A função controladoria em entidades filantrópicas: uma contribuição para a avaliação de desempenho. São Paulo, 2004. 140p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

NAKAGAWA, Masayuki. Introdução a controladoria: conceitos, sistemas, implementação. São Paulo: Atlas, 1993.

SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade

municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VILANOVA, Regina Célia Nascimento. Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor: uma abordagem da gestão econômica. São Paulo, 2004. 167p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SALOMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. *Defining the nonprofit sector: A crossnational analysis*. (Johns Hopkins nonprofit sector series: 4). Manchester: Manchester University Press, 1997.

DRUCKER, Peter Ferdinand. Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. São Paulo: Editora Pioneira, 1995.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do capital de giro. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. Porto Alegre: Bookman, 2002.

BRASIL, Haroldo Vinagre; BRASIL, Haroldo Guimarães. Gestão financeira das empresas: um modelo dinâmico. Rio de Janeiro: Qualitymark, 4. ed., 1999.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. Metodologia científica. 5 ed, São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DI AGUSTINI, Carlos Alberto. Capital de giro: análise das alternativas fontes de financiamento. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FLEURIET, Michel; KEHDY, Ricardo; BLANC, Georges. A dinâmica financeira das empresas brasileiras – um novo método de análise, orçamento e planejamento financeiro. 2. ed, Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 1980.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. São Paulo: Harbra, 7 ed. 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed, São Paulo: Atlas, 1999.

MELLO, Carlos Roberto de. Administração do capital de giro e das reservas de liquidez. (Mestrado em Administração) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 138 fls. Dissertação. São Paulo, 1997.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. Princípios de administração financeira. Tradução Andrea Maria Accioly Fonseca Minardi; revisão técnica Antonio Zoratto Sanvicente. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FREZATTI, Fábio. Gestão do Fluxo de Caixa Diário: como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio. São Paulo: Atlas, 1997.

HUNT, Pearson et al. Curso básico de finanças de empresas. Rio de Janeiro: Record, 1961, v 1.

IUDÍCIBUS, Sérgio et al. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também as demais sociedades. São Paulo: Atlas, 1995.

SANVICENTE, Antonio Z. Administração financeira. São Paulo: Atlas, 1997.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor. São Paulo: Atlas, 2005

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 10.19. Entidade sem finalidade de lucro. Disponível em www.cfc.org.br
Acesso em 15 de julho de 2011.

DRUCKER, Peter Ferdinand. Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. 5. Ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo. Cortez Editora, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

ZYLBERSZTAJN, D. Novas dimensões do conceito de governança corporativa. Newsletter do IBGC, 2003.